

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

**VINÍCIUS GABRIEL CORRÊA**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ERA DA INFORMAÇÃO: DESAFIOS E  
OPORTUNIDADES NA DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTOS**

**Monografia de Bacharelado em Administração**

**São Paulo  
Novembro/2024**

**VINÍCIUS GABRIEL CORRÊA**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ERA DA INFORMAÇÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à apreciação de banca examinadora do Departamento de Administração, como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, elaborada sob a orientação do Professor Doutor Mauro Maia Laruccia.

**São Paulo  
Novembro/2024**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

---

---

---

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

**CORRÊA, V. G. Educação Financeira na Era da Informação: Desafios e Oportunidades na disseminação de conhecimentos.** São Paulo - SP, 2024. [Monografia de Bacharelado - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]

**RESUMO:** No cenário atual, a educação financeira tornou-se um aspecto essencial para a capacitação dos indivíduos na gestão eficaz de suas finanças pessoais. Com o advento da era digital, a quantidade e diversidade de informações financeiras disponíveis aumentaram significativamente. Esse acesso ampliado, contudo, traz desafios adicionais, como a disseminação de informações incorretas e a necessidade de métodos eficazes para diferenciar conteúdos confiáveis daqueles potencialmente prejudiciais. A sociedade brasileira, historicamente marcada por um baixo índice de literacia financeira, enfrenta dificuldades na adoção de práticas financeiras sustentáveis, o que intensifica a relevância de uma educação financeira inclusiva e acessível. O objetivo geral será destacar o impacto da educação financeira disseminada por meio de plataformas digitais e mídias sociais na literacia financeira da população brasileira, identificando desafios e oportunidades para melhorar sua eficácia e acessibilidade. O estudo baseou-se em uma revisão de literatura, com a análise sistemática de materiais bibliográficos, conforme metodologias descritas por Gil (2002). Os resultados evidenciaram que a educação financeira no Brasil enfrenta barreiras significativas, incluindo desigualdades de acesso a informações financeiras, restrições culturais e socioeconômicas, e uma infraestrutura digital insuficiente em diversas regiões. Um dos principais desafios é a alta taxa de analfabetismo financeiro, o que limita a capacidade de muitos indivíduos de tomarem decisões informadas sobre economia doméstica, crédito e investimentos. A predominância do suporte financeiro informal, como o auxílio de familiares, demonstra uma dependência que compromete a sustentabilidade financeira individual e coletiva. Além disso, as altas taxas de juros e a desconfiança no sistema bancário dificultam a utilização de serviços financeiros formais, reforçando a necessidade de práticas educativas voltadas ao público geral e adaptadas a diferentes realidades sociais. A análise destacou ainda que, embora existam plataformas digitais e redes sociais que podem disseminar conteúdos educativos de qualidade, a falta de controle sobre a veracidade das informações publicadas online representa um risco substancial. Esse cenário revela a importância de desenvolver programas educacionais capazes de filtrar conteúdos e fornecer orientação confiável, adaptando-se às necessidades de diferentes faixas etárias e contextos socioeconômicos. O uso de recursos digitais, como tutoriais e cursos online, pode ser uma alternativa viável para expandir o alcance da educação financeira, mas requer uma estratégia sólida que considere as limitações tecnológicas e a diversidade cultural do Brasil. Em síntese, a pesquisa conclui que a promoção de uma cultura de educação financeira é essencial para o fortalecimento econômico dos cidadãos e para a estabilidade financeira do país. A implementação de estratégias educativas eficazes, integrando métodos presenciais e digitais, pode proporcionar a base para uma sociedade mais informada e preparada financeiramente.

**Palavras-chave:** literacia financeira; plataformas digitais; inclusão financeira; sustentabilidade econômica.

**ABSTRACT:** In the current context, financial education has become an essential factor in equipping individuals to effectively manage their personal finances. With the advent of the digital era, the quantity and diversity of available financial information have increased significantly. However, this expanded access introduces additional challenges, such as the spread of misinformation and the need for effective methods to distinguish reliable content from potentially harmful information. Brazilian society, historically marked by a low level of financial literacy, struggles to adopt sustainable financial practices, underscoring the relevance of accessible and inclusive financial education. The main objective is to highlight the impact of financial education disseminated through digital platforms and social media on the financial literacy of the Brazilian population, identifying challenges and opportunities to improve its effectiveness and accessibility. This study was based on a literature review, with a systematic analysis of bibliographic materials, following methodologies described by Gil (2002). Results indicated that financial education in Brazil faces significant barriers, including inequalities in access to financial information, cultural and socioeconomic constraints, and insufficient digital infrastructure across various regions. One of the primary challenges is the high rate of financial illiteracy, which limits the ability of many individuals to make informed decisions about household finances, credit, and investments. The prevalence of informal financial support, such as assistance from family members, demonstrates a reliance that compromises individual and collective financial sustainability. Additionally, high-interest rates and distrust in the banking system hinder the use of formal financial services, emphasizing the need for educational practices tailored to the general public and adapted to diverse social realities. The analysis further highlighted that although digital platforms and social networks can disseminate quality educational content, the lack of control over the accuracy of online information presents a substantial risk. This scenario reveals the importance of developing educational programs capable of filtering content and providing reliable guidance, addressing the needs of different age groups and socioeconomic contexts. The use of digital resources, such as tutorials and online courses, can be a viable alternative to expanding the reach of financial education, but it requires a robust strategy that considers technological limitations and Brazil's cultural diversity. In conclusion, the research finds that fostering a culture of financial education is essential for citizens' economic empowerment and for the financial stability of the country. Implementing effective educational strategies, integrating both in-person and digital methods, can provide a foundation for a more financially informed and prepared society.

**Keywords:** financial literacy; digital platforms; financial inclusion; economic sustainability.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1: O PROBLEMA DO ANALFABETISMO FINANCEIRO ..</b>	<b>13</b>
1.1 DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA .....	13
1.2 INFLUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS NA ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA .....	16
1.3 ANALFABETISMO NO BRASIL: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E EXCLUSÃO EDUCACIONAL.....	19
1.4 EDUCAÇÃO E ANALFABETISMO NO BRASIL: RAÍZES HISTÓRICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS .....	23
1.5 A EDUCAÇÃO E O ANALFABETISMO ESTRUTURAL NO BRASIL: UMA BARREIRA À EMANCIPAÇÃO SOCIAL .....	27
<b>CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ERA DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>31</b>
2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ERA DIGITAL: A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS E BLOGS NA DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	31
2.2 RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS NA ERA DA INFORMAÇÃO ..	34
<b>CAPÍTULO 3: LITERACIA FINANCEIRA E DESAFIOS LIGADOS À EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO DIGITAL .....</b>	<b>37</b>
3.1 DISPARIDADES NA LITERACIA FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DE DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS .....	38
<b>3.1.1 Superendividamento e desafios da educação financeira no Brasil: impactos do crédito e desigualdade de renda .....</b>	<b>39</b>
<b>3.1.2 Educação financeira e comportamento de poupança no Brasil: desafios e perspectivas para inclusão e sustentabilidade .....</b>	<b>47</b>
3.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: PRÁTICAS, IMPACTOS E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS.....	51
3.3 EVOLUÇÃO E IMPACTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL.....	54

3.4 DESAFIOS E LIMITAÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA ESTRATÉGIA NACIONAL E CONTEXTOS REGIONAIS .....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

Atualmente, a sociedade enfrenta desafios que são impulsionados pelo imediatismo e superficialidade. Infelizmente, ambos assombram de maneira exponencial e resultam em tomadas de decisão, muitas vezes, precipitadas. Quando o assunto é dinheiro, o brasileiro automaticamente cria barreiras psicológicas que o impede de enxergar de maneira mais clara. Além disso, o país enfrenta a desinformação e distorção de notícias, pesquisas e conhecimentos, dificultando ainda mais a solução do problema (SILVA FILHO, 2023).

Tendo em vista os pontos apresentados, esta pesquisa irá abordar como a sociedade moderna é afetada pela falta de informação e carência na educação financeira do país. Na sociedade atual, a educação financeira desempenha um papel crucial na capacitação das pessoas para tomarem decisões informadas sobre suas finanças pessoais. Nessa perspectiva, a crescente conectividade e o acesso à informação online oferecem oportunidades únicas, mas também apresentam desafios significativos (SOUSA et al., 2022).

Desse modo, muitos artigos, blogs e vídeos promovem soluções milagrosas ou dicas infalíveis, mas nem sempre são baseados em evidências sólidas. Todavia, a disseminação de informações enganosas pode levar a decisões financeiras equivocadas e até mesmo a prejuízos. O baixo nível de conhecimento sobre o tema é um problema global. No Brasil, por exemplo, não é ensinada sistematicamente nas escolas tradicionais, deixando muitas pessoas sem as habilidades necessárias para gerenciar suas finanças de forma eficaz (KISTEMANN JUNIOR et al., 2020).

É essencial desenvolver meios educacionais que filtrem e apresentem conteúdo relevante com base nas necessidades individuais. Plataformas online podem oferecer cursos, tutoriais e materiais confiáveis para ajudar as pessoas a melhorar sua alfabetização financeira. Promover fontes confiáveis de informações é fundamental. As instituições financeiras, órgãos governamentais e organizações especializadas devem colaborar para disseminar conhecimento financeiro de qualidade (PONTES, 2023).

Reconhecer as diferenças culturais e linguísticas é essencial para alcançar públicos diversos. A educação financeira deve ser adaptada para atender às necessidades específicas de cada grupo. De acordo com um estudo recente da Universidade de Stanford, mais de 80% dos estudantes não conseguem distinguir

entre notícias reais e falsas. Isso destaca a importância de promover fontes confiáveis de informações financeiras (LIMA; BRITO, 2024).

O número de jovens inadimplentes tem aumentado continuamente no Brasil. Segundo dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), 19% dos brasileiros entre 18 e 24 anos estão endividados. Adicionalmente, os dados do SPC Brasil mostram que 46% dos brasileiros com idades entre 25 e 29 anos estão inadimplentes. Juntos, esses dois grupos somam um total de 12,5 milhões de pessoas. Além disso, 75% dos jovens entre 18 e 30 anos não fazem controle de seus gastos (LIMA; BRITO, 2024).

Dada a importância da educação financeira para a estabilidade econômica e a qualidade de vida, este estudo pretende explorar como as iniciativas de educação financeira estão se adaptando às mudanças tecnológicas e como podemos melhorar sua disseminação. Ao identificar as melhores práticas e os desafios atuais, espera-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias eficazes que promovam a literacia financeira e ajudem a reduzir o analfabetismo financeiro no Brasil (SOUZA et al., 2022).

Verifica-se que a educação financeira, na era da informação, é marcada por desafios e oportunidades no que tange à disseminação de conhecimentos. A educação financeira é fundamental para a capacitação das pessoas a tomarem decisões informadas sobre suas finanças pessoais. Na era da informação, onde a tecnologia e a conectividade moldam nosso cotidiano, a disseminação eficaz do conhecimento enfrenta desafios e oferece oportunidades únicas (GRELLMANN, 2019).

Neste contexto, explora-se como a educação está se adaptando às mudanças tecnológicas e como podemos melhorar sua disseminação. A abundância de informações disponíveis online pode ser esmagadora para os consumidores. Para garantir que as informações sejam confiáveis e relevantes, deve-se desenvolver meios educacionais que filtrem e apresentem conteúdo relevante, com base nas necessidades individuais (XAVIER et al., 2021).

Todavia, o analfabetismo financeiro também é um grande problema - muitas pessoas ainda têm baixo conhecimento sobre o tema. Afinal, é indiscutível que esta matéria não é ensinada em nenhuma escola tradicional em todo o Brasil. Desta forma um desafio é alcançar públicos diversos e garantir que todos tenham acesso à educação financeira. As barreiras culturais e linguísticas são nítidas, diferentes culturas e idiomas podem dificultar a disseminação eficaz do conhecimento (XAVIER

et al., 2021).

A educação financeira na era da informação requer uma abordagem inovadora e adaptável. Superar os desafios e aproveitar as oportunidades permitirá que mais pessoas tomem decisões informadas e alcancem a estabilidade econômica. Desse modo, o estudo se guia a partir do seguinte problema de pesquisa: quais são os principais desafios e oportunidades na disseminação de educação financeira no Brasil na era da informação, considerando as barreiras tecnológicas, culturais e linguísticas que afetam diferentes grupos socioeconômicos e etários?

O objetivo geral será destacar o impacto da educação financeira disseminada por meio de plataformas digitais e mídias sociais na literacia financeira da população brasileira, identificando desafios e oportunidades para melhorar sua eficácia e acessibilidade. Os específicos visarão: I) contextualizar o problema do analfabetismo financeiro; II) contextualizar a educação financeira na era da informação; e III) discutir sobre a literacia financeira da sociedade brasileira, elencando os principais desafios da educação financeira.

A metodologia deste estudo é caracterizada como revisão de literatura, compreendida como um procedimento de análise sistemática de materiais bibliográficos já publicados, com o objetivo de reunir, organizar e sintetizar o conhecimento existente sobre um tema específico, conforme sugerido por Gil (2002). Este tipo de estudo permite uma abordagem ampla das produções científicas acumuladas, possibilitando identificar as principais contribuições e lacunas sobre a educação financeira na era da informação.

Segundo Marconi e Lakatos (2008), uma revisão de literatura é um tipo de pesquisa que se fundamenta no levantamento, análise e interpretação de dados documentais e teóricos sobre determinado objeto de estudo, visando proporcionar embasamento para futuras investigações. Além disso, conforme indicam os autores, a pesquisa adotará a abordagem qualitativa, sendo esta uma modalidade metodológica que se concentra em compreender fenômenos de modo interpretativo, buscando identificar padrões e significados atribuídos aos objetos de estudo, sem a intenção de mensuração numérica.

Tendo a natureza descritiva, como frisa Gil (2002), a investigação se propõe a delinear e caracterizar o estado atual do conhecimento sobre o tema abordado, que, aqui, visa identificar as perspectivas e dificuldades relacionadas à disseminação da educação financeira e seu desenvolvimento no contexto da era da informação. O

desenvolvimento deste estudo seguirá os passos da pesquisa bibliográfica, que envolve a consulta e análise de fontes secundárias disponíveis em publicações científicas e bases de dados acadêmicas, selecionadas conforme critérios rigorosos de relevância e confiabilidade.

Foram escolhidas as bases de dados Google Scholar e SciELO, por serem plataformas amplamente reconhecidas na disseminação de trabalhos acadêmicos em acesso aberto e por possibilitarem a consulta de fontes variadas, tais como artigos, dissertações e teses. Os descritores utilizados para localizar os documentos foram "educação financeira", "era da informação", "analfabetismo financeiro" e "disseminação de conhecimento".

Os critérios de inclusão dos materiais selecionados para análise foram: publicações acadêmicas realizadas nos últimos dez anos, em língua portuguesa, disponíveis gratuitamente, com exceção de obras consideradas basilares que, embora anteriores ao intervalo temporal estipulado, constituem referências fundamentais na área.

## **CAPÍTULO 1: O PROBLEMA DO ANALFABETISMO FINANCEIRO**

Este capítulo aborda o impacto e as consequências da falta de educação financeira, destacando como a ausência de conhecimento básico em finanças pessoais afeta tanto o indivíduo quanto a sociedade em geral. Analfabetismo financeiro refere-se à dificuldade de compreender e aplicar noções fundamentais sobre a gestão de dinheiro, como orçamento, poupança, investimentos e uso responsável do crédito.

Assim, a falta dessa compreensão básica faz com que muitos indivíduos enfrentem problemas como endividamento excessivo e incapacidade de poupar ou de planejar financeiramente para o futuro. A questão do analfabetismo financeiro vai além do âmbito pessoal, pois afeta a estabilidade econômica e social. Quando uma parcela significativa da população não possui habilidades financeiras, por exemplo, maior propensão ao endividamento.

Cita-se, ainda, as dificuldades para enfrentar crises econômicas e menos condições para investir em bens duráveis ou realizar planejamentos de longo prazo. Este capítulo examina, portanto, a origem e a extensão do problema do analfabetismo financeiro e suas ligações com fatores socioeconômicos e demográficos.

### **1.1 DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA**

O analfabetismo financeiro é um fenômeno que impacta de forma substancial a capacidade dos indivíduos de gerirem suas finanças pessoais e, por consequência, influencia aspectos mais amplos, como a estabilidade econômica e a redução de desigualdades sociais. O termo remete não apenas à ausência de conhecimentos básicos sobre finanças, mas também à dificuldade em aplicar habilidades práticas de gerenciamento financeiro, o que inclui orçamento, poupança, investimento e planejamento para o futuro (SILVA FILHO, 2023).

Em tempos de globalização financeira e aumento do acesso a produtos bancários e de crédito, a alfabetização financeira emerge como uma competência essencial para a cidadania plena, refletindo-se tanto no bem-estar individual quanto no coletivo. No contexto brasileiro, o analfabetismo financeiro é influenciado por fatores socioeconômicos e culturais que, muitas vezes, dificultam o desenvolvimento de habilidades financeiras (XAVIER et al., 2021).

Estudos apontam que variáveis como nível de escolaridade, renda familiar, localização geográfica e idade são determinantes para o grau de conhecimento financeiro de um indivíduo. De modo geral, a população brasileira exibe um baixo índice de alfabetização financeira, evidenciando uma defasagem em relação a países desenvolvidos. Essa carência se traduz na incapacidade de parte considerável da população para tomar decisões financeiras conscientes, como o uso responsável do crédito, a avaliação de taxas de juros e a escolha de produtos de investimento adequados (DANTAS, 2023).

A importância de se abordar o analfabetismo financeiro como um problema estruturante está atrelada ao aumento das ofertas de crédito e à complexidade crescente dos produtos financeiros. A facilidade de obtenção de crédito, aliada à baixa compreensão sobre encargos e condições, resulta em um alto endividamento e na inadimplência. Segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC *apud* SANTOS; SOBRINHO, 2023), cerca de 77% das famílias brasileiras estavam endividadas em 2022.

Muitas dessas dívidas são geradas por escolhas financeiras inadequadas, exacerbadas pela falta de compreensão dos mecanismos de crédito e pela carência de planejamento financeiro de longo prazo. A educação financeira tem sido apontada como uma das principais ferramentas para mitigar os efeitos do analfabetismo financeiro. Instituições como o Banco Central do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm implementado iniciativas para promover a alfabetização financeira (REIS; CAMPOS, 2024).

Entende-se que o acesso ao conhecimento financeiro é fundamental para o desenvolvimento econômico e social. A OCDE define alfabetização financeira como a combinação de consciência, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras adequadas e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro. No Brasil, o Programa de Educação Financeira nas Escolas, implementado em 2010 pelo Banco Central e parceiros, representa um esforço para introduzir conceitos de finanças pessoais na educação formal, buscando preparar as novas gerações para lidarem de forma mais consciente com o mercado financeiro.

A questão do analfabetismo financeiro também é agravada pelas desigualdades estruturais existentes no país. As disparidades regionais e a diferença de acesso a oportunidades educacionais e de emprego contribuem para que determinados grupos populacionais sejam mais afetados. A população rural, por

exemplo, frequentemente tem menor acesso a recursos educacionais e bancários, o que limita a sua alfabetização financeira (REIS; CAMPOS, 2024).

Nessas regiões, a falta de infraestrutura bancária e a escassez de programas de educação financeira intensificam o analfabetismo financeiro, criando um ciclo de desinformação e vulnerabilidade econômica. A análise dos determinantes do analfabetismo financeiro revela que a escolaridade é um dos fatores mais diretamente correlacionados à compreensão financeira. Indivíduos com maior grau de instrução formal tendem a ter maior facilidade para entender produtos financeiros e gerenciar recursos (SANTOS; SOBRINHO, 2023).

Segundo estudo realizado por Silva et al. (2017), aqueles que possuem ensino superior têm maior probabilidade de compreender conceitos como diversificação de risco e cálculos de juros compostos, fatores que contribuem para escolhas financeiras mais assertivas. Contudo, a escolaridade não é o único fator relevante; questões de gênero também exercem impacto. Estudos indicam que, de forma geral, homens tendem a apresentar um nível mais alto de alfabetização financeira em comparação às mulheres, possivelmente em decorrência de fatores culturais e da menor participação histórica feminina no mercado de trabalho formal.

Outro fator importante é o nível de renda. Pessoas com rendas mais elevadas geralmente têm mais acesso a informações e ferramentas financeiras, como contas de poupança, investimentos e seguros, enquanto os indivíduos de baixa renda enfrentam barreiras significativas para o desenvolvimento de conhecimentos financeiros básicos. Muitas vezes, essa parcela da população recorre a empréstimos informais e produtos de crédito com taxas elevadas, aumentando sua exposição ao endividamento (HARMBACH; SANTOS, 2023).

Essa situação cria um ciclo onde o baixo nível de renda e a falta de educação financeira contribuem para a vulnerabilidade econômica e para a perpetuação da pobreza. Diante do cenário atual, torna-se essencial que as políticas públicas abordem o analfabetismo financeiro de forma integrada. O desenvolvimento de programas de educação financeira voltados para o público adulto, a inclusão de disciplinas de finanças pessoais no currículo escolar e a oferta de conteúdo didático acessível são estratégias que podem reduzir o déficit de conhecimento financeiro.

Iniciativas de educação financeira focadas em públicos vulneráveis, como mulheres, jovens e a população rural, podem contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento econômico sustentável. Portanto, o analfabetismo financeiro é um

desafio que exige ações coordenadas entre governo, setor financeiro e instituições educacionais (JACOBY; CHIARELLO, 2016).

Em um país de grande diversidade como o Brasil, a promoção da alfabetização financeira é fundamental para proporcionar aos cidadãos a autonomia necessária para realizar escolhas econômicas conscientes e sustentáveis. Assim, a construção de uma sociedade financeiramente mais educada não só eleva o bem-estar individual, mas também promove um ambiente econômico mais equilibrado e inclusivo, fundamental para o progresso social.

## 1.2 INFLUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS NA ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

A maioria dos trabalhos na área destaca o uso confuso e intercambiável dos termos “alfabetização financeira” e “educação financeira”. Robb, Barbiarz e Woodyard (2012) diferenciam esses conceitos, argumentando que, enquanto a alfabetização financeira envolve a habilidade de entender e utilizar informações para tomar decisões conscientes, a educação financeira refere-se ao simples conhecimento de dados financeiros (REIS; CAMPOS, 2024).

Esses autores ainda sugerem que a educação financeira implica ampliar a compreensão sobre produtos e serviços financeiros, ao passo que a alfabetização financeira representa um nível mais avançado, no qual o indivíduo emprega esse conhecimento e habilidades para administrar seus recursos e garantir sua segurança econômica. A alfabetização financeira divide-se em duas dimensões principais: o conhecimento sobre finanças pessoais, que engloba a educação financeira, e a aplicação prática desse conhecimento na gestão das finanças.

A alfabetização financeira é essencial para ajudar os cidadãos a tomarem decisões financeiras mais racionais, promovendo assim a cidadania econômica. Cinco categorias definem a alfabetização financeira: conhecimento de conceitos financeiros, capacidade de comunicar esses conceitos, competência para administrar finanças pessoais, habilidade de tomar decisões financeiras adequadas e planejamento para necessidades futuras (NASCIMENTO, 2022).

A alfabetização financeira é a habilidade de compreender e gerenciar finanças pessoais frente a mudanças econômicas, o que se torna especialmente relevante em contextos rurais como uma estratégia para lidar com flutuações econômicas que afetam diretamente a renda e o desenvolvimento dessas áreas. Uma definição

reconhecida da OCDE (2020) descreve a alfabetização financeira como uma combinação de habilidades, conhecimento, consciência, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões informadas, visando ao bem-estar econômico pessoal.

Esse tema gerou debates recentes no meio acadêmico, motivando estudos que buscam entender o conceito e criar métodos para medir o nível de alfabetização financeira entre diferentes populações. Estudos apontam determinantes associados à alfabetização financeira, como variáveis socioeconômicas e demográficas. Para entender a influência dessas variáveis sobre a alfabetização financeira, alguns estudos analisam diferenças de comportamento financeiro entre grupos, considerando gênero, idade, estado civil, dependentes, ocupação, escolaridade, renda pessoal e familiar (SOUSA et al., 2022).

A variável gênero, por exemplo, parece influenciar significativamente o nível de alfabetização financeira, com estudos indicando que homens tendem a apresentar melhores resultados. As mulheres têm menos probabilidade de responder corretamente a perguntas financeiras e, com frequência, avaliam de maneira mais conservadora seu próprio nível de conhecimento. Essa tendência ocorre tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

Há diferenças de comportamento financeiro entre os gêneros, observando que mulheres com baixa alfabetização financeira costumam usar o crédito de maneira onerosa, algo menos comum entre os homens. Entretanto, essa disparidade não se aplica a mulheres com alta alfabetização financeira. De fato, as mulheres geralmente possuem menor inserção contínua no mercado de trabalho, frequentemente interrompendo suas carreiras devido à maternidade, o que resulta em menor acúmulo de recursos ao longo da vida (KISTEMANN JUNIOR et al., 2020).

Por essas razões, a alfabetização financeira entre mulheres é crucial, uma vez que, por terem uma expectativa de vida maior, precisam planejar suas aposentadorias com mais atenção. Quando analisada a variável idade, estudos indicam que o nível de alfabetização financeira tende a ser mais alto entre adultos em idade produtiva e mais baixo entre jovens e idosos. Indivíduos entre 25 e 65 anos tendem a acertar 5% mais perguntas em testes de alfabetização financeira do que outros grupos etários, com os adultos de meia-idade sendo os mais capacitados (FLORIANO; FLORES; ZULIANE, 2020).

No que se refere ao estado civil, estudos indicam uma correlação entre

casamentos e níveis mais altos de alfabetização financeira, quando comparados a indivíduos solteiros (FLORIANO; FLORES; ZULIANE, 2020). A condição de viúvez pode contribuir positivamente para um entendimento mais aprofundado de conceitos financeiros, ajudando esses indivíduos a responderem corretamente em testes de alfabetização financeira.

A variável ocupacional também exerce influência sobre a alfabetização financeira. Aqueles com maior tempo de experiência laboral tendem a ter mais contato com questões financeiras complexas, o que contribui para um entendimento aprimorado dessas áreas. O tipo de emprego e a estabilidade na renda também afetam comportamentos financeiros; aqueles com renda estável costumam planejar melhor suas finanças (FLORIANO; FLORES; ZULIANE, 2020).

Quanto ao nível de escolaridade, pesquisas mostram que indivíduos com maior educação formal apresentam níveis superiores de alfabetização financeira, refletindo o acesso mais amplo a informações e conceitos financeiros (SILVA et al., 2017). Muitos que não possuem formação universitária têm dificuldades em responder questões sobre diversificação de riscos. Há a influência dos pais na formação financeira dos filhos, corroborando a ideia de que grande parte do conhecimento financeiro é transmitido pela família.

Estudos também indicam uma associação entre renda e alfabetização financeira. Evidências sugerem que indivíduos com rendas mais altas, tanto pessoais quanto familiares, apresentam melhores níveis de compreensão financeira. Esses autores argumentam que baixos rendimentos geralmente estão correlacionados a uma menor alfabetização financeira, principalmente pela dificuldade desses grupos em acessar a educação formal.

O oposto também se verifica: indivíduos com elevada alfabetização financeira tendem a tomar decisões financeiras mais eficazes, o que, por sua vez, contribui para um aumento na renda (SILVA et al., 2017). No tocante ao impacto de ter dependentes, há aqueles que possuem dependentes demonstram maior preocupação com a gestão orçamentária, o que pode se traduzir em uma maior alfabetização financeira focada no bem-estar familiar.

Contudo, observou-se que indivíduos com dependentes tendem a apresentar níveis menores de alfabetização financeira e a acumular dívidas mais altas com cartões de crédito (SILVA et al., 2017). Esses estudos revelam como diferentes variáveis socioeconômicas e demográficas influenciam a alfabetização financeira.

Tais informações podem ser úteis na formulação de políticas públicas e estratégias focadas em promover a educação financeira de maneira mais equitativa e acessível.

### 1.3 ANALFABETISMO NO BRASIL: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E EXCLUSÃO EDUCACIONAL

No Brasil, o analfabetismo reflete uma construção social e histórica profundamente enraizada nas desigualdades estruturais do país. Desde o período colonial, a educação formal foi organizada de maneira a restringir o acesso ao conhecimento às elites, enquanto a maioria da população era mantida afastada de uma instrução efetiva. Esta realidade formou-se em um cenário no qual a educação básica, desde suas primeiras iniciativas jesuíticas, reforçou um sistema hierárquico que servia aos interesses da classe dominante, mantendo o controle social sobre a população (SANTOS; SOBRINHO, 2023).

A educação no Brasil, por muitos séculos, foi um privilégio restrito a determinados grupos, excluindo grande parte da população. Essa exclusão não se deu de forma aleatória, mas foi intencionalmente arquitetada para conservar a estrutura de poder existente. Até hoje, as políticas públicas para a inclusão educacional, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), carecem de recursos permanentes e efetivos, sendo frequentemente substituídas por programas assistencialistas de impacto limitado (LIMA; BRITO, 2024).

Essa abordagem fragmentada, marcada por preconceitos e estigmas sociais, contribui para a manutenção de uma educação desigual, onde o ensino crítico e abrangente é direcionado apenas a uma minoria privilegiada, enquanto a maioria recebe uma formação superficial e funcional. A desigualdade no acesso à educação é histórica e reflete uma necessidade social variada, que depende das exigências econômicas e políticas de cada época (DARÔS; ROSA, 2023).

Desde a educação jesuítica, que preparava uma elite masculina para o sacerdócio e mantinha a população geral com um ensino rudimentar, a educação brasileira sempre foi pautada na divisão de classes. Esse modelo foi essencial para o Brasil colonial, onde a estrutura econômica, voltada para o latifúndio e o trabalho escravo, não demandava uma mão de obra letrada ou qualificada, bastando que o conhecimento se limitasse à burocracia necessária para administrar os interesses da Coroa portuguesa (SANTOS; SOBRINHO, 2023).

A exclusão educacional manteve-se ao longo dos séculos e permeou várias fases políticas, desde a Primeira República até o período do Estado Novo e a ditadura civil-militar. Em todas essas épocas, a instrução formal foi acessível somente a uma parcela restrita da população, servindo como instrumento de controle social. A educação como um direito universal começou a ser discutida somente no contexto moderno, e ainda assim, com avanços lentos e marcados por retrocessos, como as políticas neoliberais implementadas no Brasil a partir de 2016, que impactaram negativamente a educação pública.

Para compreender o analfabetismo no país, é essencial considerá-lo como um fenômeno intencionalmente sustentado pela estrutura social. A educação formal, especialmente para adultos e jovens que não tiveram acesso ao ensino regular, foi historicamente associada a ações compensatórias e temporárias, nunca constituindo uma política pública integral e contínua (KISTEMANN JUNIOR et al., 2020).

Esse modelo gera um estigma em relação aos que buscam a EJA, que é frequentemente vista como um ensino de segunda categoria, marcado por assistencialismo e não pelo compromisso com o desenvolvimento pleno dos cidadãos. A divisão de classes é reforçada através desse modelo educacional, onde a classe dominante monopoliza o conhecimento erudito e de alta cultura, enquanto o povo trabalhador, tanto rural quanto urbano, é sistematicamente mantido distante desse saber (HARMBACH; SANTOS, 2023).

Essa lógica se reflete até hoje, com a educação de base sendo oferecida de maneira acrítica e restrita, enquanto o ensino mais aprofundado e reflexivo é reservado para aqueles que ocupam ou aspiram ocupar posições de poder. Ao se analisar a estrutura educacional brasileira desde a chegada dos jesuítas, fica claro que ela sempre serviu aos interesses da aristocracia rural e da elite econômica (DARÔS; ROSA, 2023).

Durante o período colonial, a educação não visava desenvolver competências técnicas ou intelectuais para a população em geral, mas garantir a separação entre a elite branca colonizadora, vista como portadora de uma “alta cultura”, e os demais grupos sociais, compostos por indígenas, africanos escravizados e mestiços. A distinção social era reforçada pela ausência de oportunidades educacionais para esses grupos, perpetuando uma estrutura social baseada na desigualdade e no controle da informação (NASCIMENTO, 2022).

Em síntese, o analfabetismo brasileiro é o resultado de uma combinação de

fatores históricos e sociais que visam manter o domínio de uma elite sobre a maioria da população. A falta de uma política educacional inclusiva e permanente é uma evidência da intenção de conservar essas desigualdades, impedindo que grande parte da sociedade tenha acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento crítico. A EJA, embora seja uma tentativa de reparação, ainda carrega estigmas e é tratada como uma solução provisória, refletindo a continuidade de uma educação elitista e excludente (SANTOS; SOBRINHO, 2023).

A educação no Brasil colonial teve seu caráter moldado para satisfazer os interesses da Coroa Portuguesa, consolidando uma formação baseada em preceitos eurocêntricos e aristocráticos. Ela serviu, sobretudo, para assegurar a subordinação aos valores religiosos e econômicos impostos pela metrópole, resultando em uma educação marcada pela repetição e obediência.

Esse sistema educacional, liderado pelos jesuítas, visava não apenas o ensino formal, mas também a conversão da população indígena ao cristianismo, promovendo uma ordem social que atendesse ao projeto colonial. Assim, a educação jesuítica priorizava a catequese dos indígenas e a formação de servidores e sacerdotes, enquanto a instrução formal era limitada a poucos membros da elite masculina colonial, excluindo mulheres e indivíduos fora das classes proprietárias (SOUZA et al., 2022).

Essa prática excludente tinha como propósito moldar os filhos dos colonos e aristocratas como futuros líderes, preservando o status quo e mantendo o controle das camadas subalternas. Dessa forma, a educação jesuítica estabeleceu uma distinção social, onde apenas um grupo seleto de jovens era educado para assumir posições de poder, enquanto o restante da população permanecia sem acesso a um ensino de qualidade (REIS; CAMPOS, 2024).

A escola, sob esse modelo, tornava-se um privilégio, garantindo que a formação mais elevada fosse reservada aos herdeiros da aristocracia rural, assegurando a continuidade de uma ordem social hierarquizada. A presença dos jesuítas, entretanto, não esteve isenta de tensões com a aristocracia local. Os proprietários de terras temiam que a Companhia de Jesus se transformasse em uma autoridade política dentro da colônia, o que poderia interferir no controle sobre a mão de obra indígena.

Em 1759, o Marquês de Pombal ordenou a expulsão dos jesuítas do Brasil, extinguindo o modelo educacional vigente até então e deixando a população

desprovida de um sistema educacional organizado. Durante o Império, a educação continuou a ser abordada de forma precária e limitada. Embora houvesse discussões sobre a inclusão das camadas mais pobres no sistema formal de ensino, o acesso à educação popular não se consolidou como direito (HARMBACH; SANTOS, 2023).

A filantropia emergiu como solução paliativa, com intelectuais e associações promovendo atividades educativas informais, mas sem uma política pública consistente que atendesse à ampla demanda educacional. Somente com o Ato Adicional de 1834, as províncias ganharam o direito de legislar sobre a educação, mas, ainda assim, as melhorias foram limitadas, e a maioria da população rural continuava excluída do ensino. O ensino formal era visto como um privilégio desnecessário para os trabalhadores rurais, cuja ascensão social não estava ligada à instrução escolar (OLIVEIRA; SOARES, 2019).

A partir do final do século XIX, com a substituição do trabalho escravo pelo assalariado e o surgimento de novas técnicas de produção, surgiram pressões sociais por um sistema educacional mais inclusivo, principalmente entre as camadas urbanas em crescimento. Essa demanda foi parcialmente atendida, mas com restrições. A Lei Saraiva, de 1881, estabeleceu o critério de alfabetização para o direito ao voto, substituindo a exigência de renda por domínio de leitura e escrita, o que excluiu a maioria da população analfabeta, composta em grande parte por trabalhadores pobres e libertos (OLIVEIRA; SOARES, 2019).

Na virada do século, o analfabetismo persistia como um desafio nacional. Com o fim da escravidão e a Proclamação da República, o Brasil possuía uma população predominantemente analfabeta e economicamente vulnerável, formada majoritariamente por ex-escravos, indígenas e trabalhadores rurais sem acesso a direitos civis básicos, como a educação. Apenas uma minoria letrada mantinha acesso a oportunidades e prestígio social, enquanto o resto da população era mantido em uma posição de subordinação econômica e social (SANTOS; SOBRINHO, 2023).

Mesmo após a abolição da escravatura, menos de 1% dos negros libertos era alfabetizado. As transformações políticas e econômicas não modificaram significativamente a exclusão educacional, e a nova elite cafeeira, agora dominante, não promoveu mudanças no acesso ao ensino. Esse cenário reforçou a concepção de analfabetismo como um mecanismo de controle social, onde a instrução formal, ao invés de promover o desenvolvimento, servia para perpetuar uma estrutura de dominação.

Assim, a exclusão educacional foi consolidada como uma característica intrínseca da sociedade brasileira, afetando principalmente as classes menos favorecidas. A ausência de uma educação universal e de qualidade contribuiu para a manutenção de uma população suscetível à manipulação, predisposta a aceitar as condições de subordinação como algo natural. Até o início do século XIX, o acesso aos livros era restrito, concentrado em áreas urbanas e limitado a uma pequena elite, enquanto a maioria da população rural era privada desse recurso (DANTAS, 2023).

Dessa forma, o analfabetismo no Brasil colonial e imperial não era exclusivamente um problema das classes mais pobres, mas afetava desigualmente todos os segmentos sociais, embora de forma mais severa para aqueles com menos recursos. A ausência de uma educação inclusiva consolidou-se como um obstáculo ao desenvolvimento social e econômico, promovendo uma estrutura de classes rígida e uma distinção cultural que prevalece até os dias atuais (PONTES, 2023).

#### 1.4 EDUCAÇÃO E ANALFABETISMO NO BRASIL: RAÍZES HISTÓRICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

As condições educacionais da população trabalhadora e de baixa renda no Brasil foram historicamente negligenciadas, uma vez que não interessava às classes dominantes promover o acesso à educação entre escravos, indígenas, negros e, mais tarde, imigrantes. Essa exclusão se fez especialmente presente no campo, onde a falta de educação acompanhava o aumento da exploração econômica para sustentar um modelo de exportação baseado em commodities (SILVA FILHO, 2023).

O analfabetismo só começou a ser reconhecido como uma questão de interesse nacional no início do século XX, quando o Brasil já era uma república, e o problema passou a ser discutido por intelectuais e políticos. Em 1890, mais de 80% da população brasileira ainda era analfabeta, uma situação que gerava constrangimento em comparação com outras nações onde o índice de alfabetização já era mais elevado.

O movimento por mudanças ganhou força com a criação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (LBCA) em 1915, uma organização inspirada por valores nacionalistas e formada por diversos setores da sociedade, incluindo médicos e intelectuais, com o objetivo de erradicar o analfabetismo (SANTOS; SOBRINHO, 2023). A LBCA via a disseminação da educação como fundamental para fortalecer as

instituições republicanas e promover o desenvolvimento do país, encerrando suas atividades em 1940 após a decretação da obrigatoriedade da educação primária pelo governo de Getúlio Vargas.

Naquele contexto, o analfabetismo era visto como um obstáculo ao progresso, associado a um estigma social que atribuía aos analfabetos uma série de características depreciativas. Durante esse período, aqueles sem instrução formal eram frequentemente retratados como incapazes ou limitados, reforçando a visão de que a sociedade letrada tinha o dever de guiá-los. Essa percepção, além de preconceituosa, refletia o projeto das elites de manter as massas sob controle por meio do acesso restrito à educação crítica (DARÔS; ROSA, 2023).

Foi apenas em meados do século XX que a intelectualidade brasileira começou a reconhecer a educação como um pilar essencial para o desenvolvimento humano e econômico, embora esse entendimento nunca tenha se refletido nas práticas de dominação exercidas pelas classes hegemônicas. Paulo Freire (2001) criticou a visão que tratava o analfabetismo como uma “chaga” ou “doença”, descrevendo como esse discurso reforçava o estigma e a exclusão dos analfabetos.

O tratamento dado aos analfabetos nos dicionários da época, por exemplo, demonstrava o preconceito embutido, associando o termo a sinônimos como “ignorante” ou “boçal” e oposto a “culto” e “polido”, sem qualquer menção a habilidades de leitura ou escrita. Essa associação negativa reforçava a ideia de que a falta de educação era uma deficiência pessoal e não o resultado de um sistema excludente (XAVIER et al., 2021).

O Estado brasileiro, embora formalmente responsável pela educação pública, não se comprometeu com a garantia de acesso aos meios necessários para a alfabetização das camadas populares, como evidenciam os dados de 1940 a 1947, quando 55% dos adultos ainda eram analfabetos (SANTOS; SOBRINHO, 2023). A educação de qualidade nunca foi uma prioridade para as classes dominantes, e a falta de acesso à escola foi, em muitos momentos, uma ferramenta para consolidar a estrutura de poder no país.

A possibilidade de alfabetização gerava temores entre a elite quanto ao surgimento de cidadãos críticos e potencialmente subversivos, capazes de questionar as desigualdades sociais, o que levou ao controle rígido do acesso à educação entre as classes mais baixas. Com o avanço da industrialização e as transformações econômicas da década de 1930, o cenário educacional começou a mudar

gradualmente, influenciado pela expansão do capitalismo e pela reorganização da sociedade.

Com a inserção do Brasil como economia dependente no sistema capitalista mundial, tornou-se inevitável implementar um mínimo de alfabetização para o trabalhador, permitindo-lhe operar as novas tecnologias que surgiram a partir da Segunda Revolução Industrial. A elite burguesa do país, por isso, foi forçada a instituir uma educação instrumental, embora limitada e profundamente ideológica, voltada a suprir as exigências das novas condições de trabalho (RIBEIRO et al., 2021).

O capital-imperialismo demandava uma força de trabalho mais qualificada, atribuindo ao Estado a função de custear e organizar a educação básica e obrigatória para a classe trabalhadora, com a finalidade de preparar um cidadão produtivo, capaz de contribuir para a geração de riqueza nacional. No caso brasileiro, o Estado assumiu esse custo, formando uma mão de obra minimamente capacitada para os avanços monopolistas do capital (COSTA NETO, 2020).

Diante disso, nas décadas de 1930 e 1940, o analfabetismo persistente apresentava-se como um entrave ao progresso econômico nacional, e pressões externas incentivaram um processo de expansão do ensino público. Contudo, essa ampliação do acesso à escola gerou uma educação marcada pela precariedade e superficialidade, resultando em analfabetos funcionais. O objetivo não era promover a autonomia do trabalhador, mas dotá-lo de competências básicas para realizar tarefas impostas pelas novas tecnologias.

Apesar das lutas e demandas em prol de uma educação inclusiva e transformadora, o Estado Novo, que governou o país, adotou apenas medidas pontuais e temporárias contra o analfabetismo. Nos anos que se seguiram, governantes realizaram mobilizações e campanhas nacionais que, apesar do entusiasmo inicial, pouco impactaram os índices reais de alfabetização e foram frequentemente efêmeras e inadequadas (NASCIMENTO, 2022).

Em paralelo, movimentos sociais e organizações civis empenharam-se na promoção da educação e da cultura popular, sobretudo durante o período populista desenvolvimentista, pautando-se em propostas inovadoras de Paulo Freire, então professor na Universidade do Recife e líder da Comissão de Cultura Popular. A pedagogia freiriana valorizava a cultura popular, respeitando as particularidades regionais e promovendo uma educação que conscientizasse os indivíduos sobre sua realidade sociopolítica (DANTAS, 2023).

Com o golpe militar de 1964, essas iniciativas foram rapidamente reprimidas e substituídas por campanhas massivas, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), cujo objetivo era, mais do que erradicar o analfabetismo, promover a ideologia do regime militar. O Mobral não cumpriu sua meta de reduzir o analfabetismo, mas funcionou como uma ferramenta de condicionamento social para minimizar as tensões da época (GRELLMANN, 2019).

A redemocratização de 1985 e a promulgação da Constituição de 1988 prometeram ampliar os direitos educacionais, mas a realidade da educação para jovens e adultos não foi significativamente alterada. O discurso de democratização do saber não passou de intenções reformistas, que não se traduziram em mudanças substanciais. Cada período histórico foi marcado por novos discursos, mas a democratização da educação permaneceu distante (PONTES, 2023).

No século XXI, o Brasil ainda apresenta índices educacionais insatisfatórios, com altas taxas de analfabetismo funcional devido à precariedade do ensino público. Mesmo com séculos de história, o Brasil ainda carece de um sistema educacional acessível e de qualidade para todos. A verdadeira educação, capaz de desenvolver a criticidade e autonomia dos cidadãos, nunca foi concretizada. A formação de um indivíduo requer crescimento intelectual, algo essencial para que ele tome decisões informadas e conquiste sua liberdade pessoal.

Enfrentamos constantemente a necessidade de escolhas e, para decidir com sucesso, é fundamental ter acesso ao conhecimento. O interesse estatal sempre repousou na preservação do status quo, tratando a educação dos excluídos como um problema menor, uma dívida a ser quitada sem grandes investimentos. A política educacional brasileira nunca esteve totalmente alinhada a um projeto de desenvolvimento econômico e social que promovesse a inclusão da população mais marginalizada (XAVIER et al., 2021).

A padronização das políticas educacionais e a negação das diversas realidades regionais e culturais impediram uma verdadeira transformação do sistema educacional, resultando em ineficácia e ineficiência. Na contramão dessa abordagem, Paulo Freire (2021) propôs uma visão transformadora, onde a educação reconhece as particularidades culturais e sociais dos indivíduos.

Evidencia-se as possibilidades de mudança a partir da realidade de cada comunidade, pois, para ele, apenas uma educação que considere as diferenças econômicas e culturais pode de fato impulsionar a emancipação e a integração dos

sujeitos em seu contexto cultural, promovendo assim uma transformação social significativa.

### 1.5 A EDUCAÇÃO E O ANALFABETISMO ESTRUTURAL NO BRASIL: UMA BARREIRA À EMANCIPAÇÃO SOCIAL

A distribuição do analfabetismo e a baixa escolaridade no Brasil estão estreitamente vinculadas a fatores socioeconômicos, às condições étnico-raciais, de gênero, geração e à localização geográfica. Ser adulto, negro ou pardo, residir em áreas rurais e pertencer a estratos de baixa renda são fatores que aumentam as chances de permanecer no analfabetismo estrutural, perpetuando desigualdades históricas (OLIVEIRA; SOARES, 2019).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2019 *apud* SANTOS; SOBRINHO, 2023) indicam que a taxa de analfabetismo no Brasil caiu de 6,8% em 2018 para 6,6% em 2019, com 11 milhões de pessoas incapazes de ler ou escrever mesmo uma mensagem simples. A mesma pesquisa demonstra que o analfabetismo incide mais entre pessoas mais velhas, dado o acesso relativamente maior à escolaridade entre os jovens. Esse cenário ressalta as profundas disparidades socioeconômicas e de classe que afetam a sociedade brasileira.

A PNAD também indica que entre os brancos a taxa de analfabetismo é de 3,6%, enquanto entre os negros e pardos esse índice chega a 8,9%, com uma diferença acentuada na faixa etária acima de 60 anos, onde 9,5% dos brancos e 27,1% dos negros e pardos não sabem ler nem escrever. O Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional (INAF, 2018 *apud* SANTOS; SOBRINHO, 2023) revela que 8% da população adulta ainda é analfabeta absoluta e que 22% possui habilidades rudimentares de alfabetização, insuficientes para realizar tarefas básicas de leitura e escrita (NASCIMENTO, 2022).

Somente 12% da população alcança um nível pleno de alfabetização, enquanto 59% apresenta um nível funcional, mas não crítico, de habilidades de leitura e escrita. Essa realidade reflete um histórico processo de exclusão educacional no Brasil, no qual o acesso à educação permanece precarizado. Embora a escolarização tenha avançado, ela é predominantemente instrumental, o que significa que ensina competências básicas de leitura e escrita sem desenvolver plenamente a autonomia do indivíduo (SANTOS; SOBRINHO, 2023).

Assim, temos uma população predominantemente letrada em um nível funcional, sem domínio crítico das ferramentas educacionais necessárias ao desenvolvimento econômico e tecnológico. O modelo de desenvolvimento brasileiro, marcado por uma economia tardia e dependente, tem historicamente tratado a educação como uma política de governo temporária, não como um compromisso de Estado (SOUSA et al., 2022).

Essa abordagem precariza a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tem sido frequentemente descontinuada ou relegada a uma posição secundária na política pública. Tal negligência representa uma barreira ao progresso, pois impede que a população utilize plenamente os conhecimentos adquiridos na escola para melhorar sua qualidade de vida (SANTOS; GALUCCI NETTO, 2020).

A falta de habilidades básicas, como compreender uma receita médica, pegar transporte público ou interagir com meios digitais, denuncia o impacto econômico da negligência educacional, limitando o desenvolvimento humano e comprometendo a dignidade. Ser analfabeto é um problema social que o Estado, conforme a legislação, deveria resolver ao assegurar educação universal e de qualidade.

Os retrocessos recentes nas políticas educacionais, especialmente com o fechamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que promovia políticas voltadas à EJA e à educação rural, exemplificam o impacto negativo das recentes mudanças políticas sobre a inclusão educacional. Este retrocesso compromete o acesso à educação para a população rural, que historicamente enfrenta maior exclusão em comparação aos habitantes urbanos (REIS; CAMPOS, 2024).

As barreiras enfrentadas por esses grupos na área educacional resultam de uma longa história de exclusão, associada à concentração fundiária, ao predomínio da monocultura de exportação e às estruturas de trabalho subordinadas. A persistente associação do espaço rural ao atraso justifica, no imaginário coletivo, a precariedade dos serviços públicos nessa área. Esse preconceito endossa a marginalização dos habitantes rurais, retratados como subalternos, e sustenta uma divisão de trabalho que impede a emancipação dos trabalhadores rurais (HARMBACH; SANTOS, 2023).

Essa concepção legítima a oferta insuficiente e inadequada de políticas públicas para a educação do campo, reforçando a exclusão e negando a esses sujeitos o direito à cidadania plena. Apesar das disposições jurídicas, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de

1996, que garantem o direito à educação para populações rurais, a implementação de políticas específicas para essa área tem sido insuficiente (DARÔS; ROSA, 2023).

Embora iniciativas como Escola Ativa e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária tenham sido instituídas, elas carecem de abrangência e continuidade para impactar de forma significativa a educação rural. A ausência de políticas eficazes para a educação rural não é uma questão meramente técnica, mas resulta de uma decisão política deliberada de manter o conhecimento crítico fora do alcance das massas, evitando contestação ao sistema vigente (COSTA NETO, 2020).

Esse quadro perpetua um ciclo em que a negação de educação adequada gera novos analfabetos funcionais e absolutos, especialmente nas zonas periféricas e rurais, onde o acesso à escolaridade ainda é restrito. O sistema educacional no Brasil, em vez de emancipador, tem sido um instrumento de alienação, destinado a controlar, e não a libertar, a classe trabalhadora.

Essa perspectiva reforça a conhecida frase de Darcy Ribeiro sobre a educação brasileira, que ele classificava como um “projeto”, referindo-se ao plano deliberado das elites para preservar seus interesses de classe ao controlar o acesso à informação e ao saber. A escola pública, muitas vezes, acaba cumprindo esse papel, alinhando-se aos valores dos grupos dominantes e perpetuando a estrutura de dominação. O sistema capitalista tende a suprimir o controle dos trabalhadores sobre seus próprios processos de trabalho (DANTAS, 2023).

Em consequência, o objetivo do capitalismo não é qualificar o trabalhador, mas sim o oposto: manter o trabalhador sem o controle e o domínio que uma educação mais aprofundada e reflexiva proporcionaria. Na prática educacional, esse modelo acaba produzindo um grande número de analfabetos funcionais, o que oferece uma ilusão de atendimento às necessidades da sociedade que não pode financiar o acesso a uma educação de qualidade.

Por trás de uma fachada organizada e aparentemente eficaz, o sistema forma trabalhadores precariamente qualificados para compor uma reserva de mão de obra barata e abundante, pronta para atender às demandas variadas do capital tanto nas áreas urbanas quanto rurais. Esse arranjo, então, que se apresenta como algo concreto, é na verdade ilusório, pois se baseia em uma concepção neoclássica descolada das relações produtivas reais que regem o capitalismo monopolista (SANTOS; SOBRINHO, 2023).

Essa dissociação permite que o sistema mantenha uma aparência de

legitimidade enquanto molda a educação brasileira de acordo com os interesses de dominação das últimas décadas (SOUSA et al., 2022). A situação sugere que o sistema educacional brasileiro tem se tornado um apêndice dos interesses de grandes corporações da educação, cujo principal objetivo é lucrar com a venda de programas e materiais didáticos de caráter questionável.

Essa dinâmica impede a construção de um verdadeiro projeto de educação nacional que seja sensível aos reais interesses da população e às suas complexas realidades. A educação, para atender a essa diversidade cultural e regional do país, precisa direcionar-se aos problemas sociais mais prementes, e o desafio maior está na criação de propostas concretas que superem de forma dialética os processos desumanizantes impostos pela atual estrutura sociocultural (LIMA; BRITO, 2024).

Essas considerações ressaltam que a sociedade deve se comprometer e lutar por uma educação inclusiva, gratuita e de alta qualidade, um direito de todos e uma responsabilidade fundamental do Estado. Sem colocar essa premissa em prática, é inviável construir uma nação mais justa e igualitária. A ausência de educação limita a liberdade e a soberania de uma nação, e como direito humano, ela é essencial para a transformação social. Assim, é insuficiente apenas democratizar o acesso à escola; é preciso também assegurar a qualidade necessária para que o aprendizado se torne um verdadeiro instrumento de emancipação (PONTES, 2023).

## **CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ERA DA INFORMAÇÃO**

Este capítulo explora como o acesso e a gestão do conhecimento financeiro se transformaram em meio ao avanço tecnológico e à digitalização da sociedade. Na era da informação, o surgimento de novas tecnologias, como a inteligência artificial, o big data e o blockchain, oferece oportunidades sem precedentes para ampliar o alcance e a eficácia da educação financeira.

Buscar-se-á demonstrar que as ferramentas digitais e as plataformas de mídia social facilitam a disseminação de conteúdos educativos e permitem que pessoas de diferentes idades e contextos socioeconômicos acessem, rapidamente, informações sobre finanças pessoais, crédito e investimentos. No entanto, essa acessibilidade traz também desafios significativos.

Cita-se como exemplo a dificuldade de distinguir entre informações confiáveis e orientações inadequadas ou tendenciosas, que muitas vezes circulam amplamente pela internet. Assim, neste capítulo, serão abordados temas essenciais para entender o impacto da era digital na educação financeira. Iniciaremos com uma análise sobre a educação financeira na era da informação, destacando como a ampla disponibilidade de dados e o acesso aos conteúdos online têm transformado o modo como os indivíduos aprendem e aplicam conhecimentos financeiros.

Em seguida, explora-se o papel de tecnologias avançadas, como a inteligência artificial, o blockchain e o big data, que oferecem novas possibilidades para personalizar o aprendizado financeiro e criar sistemas mais seguros e transparentes. Por fim, discute-se sobre a influência das mídias sociais como plataformas fundamentais para a disseminação de informações financeiras, que ampliam o alcance dos conteúdos, mas trazem desafios relacionados à confiabilidade das fontes e ao impacto das redes sobre o comportamento do consumidor.

### **2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ERA DIGITAL: A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS E BLOGS NA DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Na era digital, as tecnologias de informação e comunicação têm redefinido profundamente a forma como as pessoas interagem, consomem conteúdo e, especialmente, como aprendem sobre temas financeiros. Lemos (2008) aponta que as inovações tecnológicas e as redes digitais transformaram o século XXI, destacando

a evolução da internet e das ferramentas de informática que facilitam a comunicação e descentralizam o acesso à informação.

A internet e suas diversas aplicações — de websites a chats e redes sociais — revolucionaram a distribuição do conhecimento, promovendo interatividade e permitindo que as informações circulassem de maneira horizontal entre indivíduos e grupos. Esse novo contexto cria uma sociedade da informação, com amplos efeitos tanto positivos quanto negativos. Peron (2005) alerta que a rápida digitalização e o constante bombardeio de informação podem impactar valores fundamentais.

Dentre os valores citados pelo autor Peron (2005), em sua análise, mencionam-se a solidariedade e integridade, ao mesmo tempo em que transformam a população em consumidores de massa, por vezes alheios às consequências de suas decisões. Nesse ambiente digital, portanto, as mídias sociais emergem como plataformas centrais para a disseminação de informações, incluindo aquelas relacionadas à educação financeira.

O termo "mídias sociais" surge em 2005 para diferenciar essas novas formas de comunicação das antigas "novas mídias." Gottardo (2011), explica que mídias sociais referem-se a sites desenvolvidos para possibilitar a criação colaborativa de conteúdo, além de facilitar a interação e o compartilhamento de dados em diversos formatos. Isso inclui não apenas redes sociais, mas também blogs e outras plataformas de conteúdo participativo.

Essas mídias evoluíram significativamente desde os anos 1990, quando os blogs começaram a se popularizar como diários digitais. Segundo Casali (2014), os blogs — agora classificados como mídias sociais — são espaços de publicação pessoal que ampliam o debate público sobre variados temas, inclusive finanças, economia e educação. Inicialmente criados como páginas individuais onde pessoas postavam reflexões e opiniões, os blogs ganharam outras características.

Os blogs passaram a ser reconhecidos como canais importantes de informação, unindo conteúdos como textos, imagens e links que direcionam para temas específicos. Assim, Pinto (2002) destaca que a simplicidade para criar e manter um blog facilita que qualquer indivíduo publique conteúdo de forma rápida e direta, sem a necessidade de editores ou prazos rígidos. O blog, que se transforma de simples diário para uma plataforma de comunicação mais ampla, se ressignifica.

Ele serve agora como um canal para a educação financeira, compartilhando dicas e orientações que ajudam os leitores a entender melhor sua vida financeira. Com

a liberdade para abordar diferentes tópicos, o autor de um blog pode, por exemplo, comentar sobre temas variados, como economia, política e cultura, contribuindo para a diversidade de pontos de vista. Desse modo, Monteiro (2009) enfatiza que, devido à flexibilidade editorial dos blogs, seu impacto e popularidade dependem diretamente da relevância dos conteúdos postados, com autores atraindo leitores que compartilham de interesses semelhantes.

A importância dos blogs na propagação do conhecimento financeiro se reflete na forma como esses conteúdos são construídos para proporcionar interação entre autores e leitores, o que permite trocas constantes sobre temas de interesse. Nesse sentido, Pinto (2002) sugere que a motivação para criar um blog pode estar relacionada à necessidade de compartilhar experiências e ideias, encontrando um público com opiniões similares ou até mesmo soluções para problemas.

Ao atrair e engajar leitores com temas financeiros, os blogs tornam-se valiosas ferramentas de disseminação de práticas financeiras saudáveis e educativas, especialmente em uma era onde a informação está amplamente disponível e em constante expansão. Desse modo, nota-se que o número de blogs cresceu exponencialmente desde sua criação, e hoje eles desempenham papel fundamental na disseminação de conteúdos sobre educação financeira, que cada vez mais atrai interesse de leitores e educadores.

Alonso et al. (2007) destacam que, embora muitos blogs sejam criados de maneira informal e sem fins lucrativos, eles têm o poder de alcançar um público muito maior do que os meios de comunicação tradicionais. Esse potencial para alcançar um número significativo de pessoas é particularmente útil para a educação financeira, uma vez que oferece uma resposta rápida e direta às necessidades do público, proporcionando conselhos e informações que ampliam a compreensão sobre práticas financeiras.

Outro ponto relevante é o impacto da internet como meio de conexão global, facilitando a comunicação entre indivíduos de qualquer parte do mundo. Oleques (2010) observa que a interação humana é fundamental e que a internet amplifica essa interação ao conectar pessoas através de redes sociais e plataformas de conteúdo. Nesse ambiente tecnológico, Dornelles (2004) menciona que o computador e a internet são meios que integram diversos formatos de mídia, como imagem, vídeo e áudio, expandindo rapidamente a quantidade de sites e conteúdos que podem ser acessados instantaneamente por milhões de usuários.

A era digital transforma, portanto, o modo como a educação financeira é difundida, colocando as mídias sociais como ferramentas estratégicas para educar e informar. Os blogs, por exemplo, não só informam, mas promovem um ambiente interativo onde leitores e autores podem debater e compartilhar suas próprias experiências financeiras.

Esse caráter colaborativo facilita o aprendizado, promovendo uma troca de conhecimentos que, em uma sociedade onde a informação é um recurso abundante, pode ser fundamental para o desenvolvimento de práticas financeiras mais conscientes e sustentáveis.

## 2.2 RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS NA ERA DA INFORMAÇÃO

As tecnologias digitais transformaram profundamente o acesso e a compreensão sobre educação financeira, criando novas oportunidades e desafios na era da informação. Com o avanço de ferramentas como inteligência artificial (IA), blockchain e big data, a relação entre indivíduos e finanças se tornou mais complexa e interativa, ampliando as possibilidades para a disseminação do conhecimento financeiro.

Conforme Silva (2011), essas transformações desafiam práticas pedagógicas tradicionais, pois o acesso ampliado a dados e informações permite novas formas de ensinar e aprender. A eficiência no uso dessas tecnologias exige competências digitais, que, segundo Lucas e Moreira (2017), envolvem uma utilização crítica e segura dos recursos tecnológicos. A inteligência artificial, por exemplo, é cada vez mais presente na economia digital e tem aplicações relevantes na educação financeira.

Assim, Souza (2021) explora o uso de sistemas inteligentes — combinações de hardware e software que auxiliam na gestão das finanças pessoais, oferecendo suporte em decisões e no planejamento financeiro. Esse avanço também impulsionou o surgimento das fintechs, que utilizam tecnologia para oferecer serviços financeiros inovadores, alterando a experiência bancária dos usuários. Já Oliveira (2018) discute o papel das fintechs em promover a inclusão financeira em regiões de baixa renda.

Em sua análise, frisa que há um alto número de smartphones, mas menos contas bancárias, revelando a necessidade de formação de competências digitais

para que as tecnologias possam ser efetivamente acessadas. Além disso, Oliveira (2018) pontua que a IA também propiciou o desenvolvimento de jogos educacionais, conhecidos como serious games, que integram conceitos de economia doméstica, gestão de dívidas e planejamento financeiro de forma lúdica.

De acordo com Laamarti, Eid e Saddik (2014), esses jogos são desenhados para instruir e treinar os usuários, e estudos de Torrens et al. (2021) demonstram que os serious games ampliam o conhecimento financeiro e fortalecem habilidades como tomada de decisões e resolução de problemas. Já Delfino (2019) investigou o uso da tecnologia blockchain e de jogos para ensinar sobre criptomoedas, observando que os estudantes desenvolveram habilidades de análise e pensamento coletivo ao interagir com o jogo “*Cripto City*.”

Esses avanços são particularmente significativos para jovens que, ao iniciar a vida profissional, podem se beneficiar de metodologias lúdicas para compreender conceitos financeiros. Nessa perspectiva, pontua-se que jogos como os programados em linguagem Scratch (SILVA, ALMEIDA; SILVA, 2017) abordam temas como orçamento e consumo consciente, oferecendo um método atrativo e dinâmico para o ensino da educação financeira.

A pandemia de COVID-19 aumentou o uso de plataformas digitais para transações financeiras, criando um vasto volume de dados que exigem o uso da big data para análise. Big data é responsável por processar grandes quantidades de informações rapidamente, permitindo, por exemplo, a identificação de comportamentos financeiros da população. Com o aumento do desemprego durante a pandemia, a inadimplência cresceu entre as famílias brasileiras.

Cerca de 78% das famílias brasileiras se encontravam endividadas em julho de 2022, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Resende, 2022). Nigro (2018) aponta que o desconhecimento financeiro herdado ao longo de gerações contribuiu para esse cenário, onde poucos estão habituados a cuidar de seu dinheiro e planejar o futuro. A análise desses dados pelo governo facilita a formulação de políticas para enfrentar a inadimplência.

Outro avanço significativo é a tecnologia blockchain, que registra transações de forma segura e transparente, possibilitando o surgimento das criptomoedas e o desenvolvimento de uma nova área de estudo financeiro, a criptoconomia. Dessa maneira, Moraes (2021) destaca que o blockchain trouxe mais segurança para transações digitais, incentivando o uso desses serviços e oferecendo novas opções

de investimento.

Essas inovações tecnológicas não apenas diversificam os métodos de aprendizado em educação financeira, mas também ampliam o acesso e promovem uma maior inclusão financeira em contextos antes excluídos. Tecnologias como a inteligência artificial, o blockchain e o big data têm o potencial de revolucionar a maneira como o conhecimento financeiro é transmitido, especialmente em um cenário digital marcado pela rapidez e volume de informações.

Contudo, a eficácia desses recursos depende do desenvolvimento de competências digitais e de uma abordagem educacional que considere as barreiras culturais, tecnológicas e socioeconômicas dos diferentes grupos populacionais. Assim, com estratégias bem formuladas e adaptadas, a era da informação pode trazer um avanço substancial para a educação financeira no Brasil, proporcionando ferramentas essenciais para uma gestão financeira mais consciente e sustentável.

## **CAPÍTULO 3: LITERACIA FINANCEIRA E DESAFIOS LIGADOS À EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO DIGITAL**

O terceiro capítulo aborda a literacia financeira e os desafios específicos para sua implementação e eficácia, considerando a diversidade de públicos e os variados aspectos socioeconômicos que afetam a educação financeira. Esse capítulo visa a examinar como a literacia financeira é compreendida e exercida em diferentes grupos sociais, desde jovens e adultos até grupos mais vulneráveis, explorando como a educação financeira pode ser adaptada para alcançar esses diferentes perfis.

Também analisa os aspectos comportamentais, como atitudes e conhecimentos, e as dificuldades relacionadas ao crédito e endividamento, além de questões como a inadimplência e o comprometimento da renda. Adicionalmente, o capítulo apresenta uma discussão sobre a educação financeira em si, aprofundando-se em seus conceitos e características, os quais fundamentam seu desenvolvimento e os métodos pedagógicos que têm sido aplicados ao longo do tempo.

A análise envolve uma revisão das etapas de implementação da educação financeira e das estratégias usadas para promover a cidadania financeira, considerando tanto a esfera nacional quanto as iniciativas e influências internacionais. Este enfoque permite avaliar as práticas e recomendações de diferentes países, contribuindo para um entendimento mais amplo sobre a educação financeira e as possibilidades de melhoria para o contexto local.

O capítulo encerra com uma análise crítica dos principais desafios para a disseminação efetiva da educação financeira no Brasil, contemplando dilemas práticos e conceituais enfrentados por essa área. Ao final, a seção coloca em discussão a questão da sobrevivência financeira como uma necessidade urgente, destacando o papel da educação financeira na preparação dos indivíduos para lidar com dificuldades financeiras e evitar armadilhas econômicas.

Essa discussão final problematiza o acesso à educação financeira de qualidade, apontando para a necessidade de estratégias eficazes que tornem essa capacitação acessível e significativa, com impacto real na vida financeira dos cidadãos.

### 3.1 DISPARIDADES NA LITERACIA FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DE DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS

A carência de entendimento sobre como organizar e gerenciar as finanças pessoais pode comprometer substancialmente as escolhas financeiras diárias, impactando o orçamento familiar ou individual. Esse cenário prejudica o uso dos recursos monetários, resultando, muitas vezes, em situações de endividamento, uma vez que os retornos financeiros esperados com compras ou investimentos tendem a ficar aquém do planejado (HARMBACH; SANTOS, 2023).

Além disso, a ausência de conhecimentos básicos de planejamento financeiro agrava os desafios enfrentados em meio às constantes inovações tecnológicas, mudanças nas normas regulatórias e oscilações econômicas. Esses fatores intensificam a complexidade dos mercados e dos serviços financeiros, elevando a importância da educação como uma prioridade mundial (HARMBACH; SANTOS, 2023).

Para Lopes (1999), o domínio adequado de finanças possibilita uma percepção mais clara do contexto atual e suas conexões com o capital, o que induz o indivíduo a uma autocrítica e favorece mudanças profundas no comportamento financeiro. Entretanto, a literatura e os modelos propostos de educação financeira, sobretudo os formulados por especialistas e instituições financeiras no Brasil, recebem um volume considerável de críticas.

Discute-se amplamente a extensão e a eficácia desses modelos na população. Contudo, mesmo que apresentem limitações, esses estudos e modelos cumprem um papel relevante ao fomentar o planejamento e a organização financeira individual, promovendo o desenvolvimento de estratégias mais consistentes de gestão dos recursos econômicos. Assim, a educação financeira é fundamental em uma sociedade marcada por desigualdades socioeconômicas, culturais e educacionais (SOUZA et al., 2022).

A literacia financeira refere-se à capacidade de um indivíduo de entender e utilizar informações financeiras para tomar decisões conscientes sobre gestão de recursos, poupança, investimentos e crédito. Essa competência é fundamental para que as pessoas possam alcançar estabilidade econômica e tomar decisões mais seguras sobre suas finanças. Entretanto, diferentes grupos da população apresentam níveis variados de literacia financeira, influenciados por fatores como idade, gênero,

nível de renda, grau de escolaridade e localização geográfica (SOUSA et al., 2022).

Em populações de menor renda, por exemplo, o acesso limitado a recursos educacionais e financeiros agrava a vulnerabilidade econômica e aumenta o risco de endividamento e inadimplência (KISTEMANN JUNIOR et al., 2020).

Entre jovens, a falta de experiências financeiras e de formação específica sobre o tema é um obstáculo para o desenvolvimento de práticas financeiras sustentáveis. Esse tema se torna essencial, pois a disparidade na literacia financeira afeta a forma como os indivíduos e famílias lidam com situações de endividamento e planejamento de longo prazo. Além disso, a adaptação da educação financeira para diferentes perfis é um passo estratégico para garantir que a informação financeira atinja a todos de forma inclusiva (KISTEMANN JUNIOR et al., 2020).

Busca-se, assim, fomentar a cidadania financeira e contribuir para uma sociedade mais justa e economicamente segura. Essas discussões serão expandidas a seguir.

### **3.1.1 Superendividamento e desafios da educação financeira no Brasil: impactos do crédito e desigualdade de renda**

A ampliação do crédito disponível e o aumento do consumo familiar no Brasil resultaram em um crescimento do número de pessoas em situação de superendividamento. Muitos desses indivíduos passaram a recorrer ao sistema judiciário, solicitando revisões contratuais de empréstimos tomados de instituições de crédito pessoal. Conforme dados do Banco Central do Brasil, entre 2008 e 2017, a taxa de endividamento das famílias brasileiras com o sistema financeiro subiu de 32,86% para 41,86% (BORGES, 2019).

Assim, revela-se um quadro preocupante de comprometimento financeiro. Em 2014, o endividamento das famílias com rendimentos de até três salários mínimos atingiu seu ponto mais elevado, chegando a 73%. Este cenário ressalta o desafio da inclusão financeira e o impacto da ausência de orientação adequada sobre o uso do crédito e a gestão das finanças no país, intensificando a vulnerabilidade de grupos de baixa renda e de menor instrução (BORGES, 2019).

Nota-se, ainda, que a falta de uma legislação específica sobre o superendividamento no Brasil, o que gera incertezas nas decisões judiciais, que acabam por se apoiar nos princípios constitucionais que regem os contratos, bem

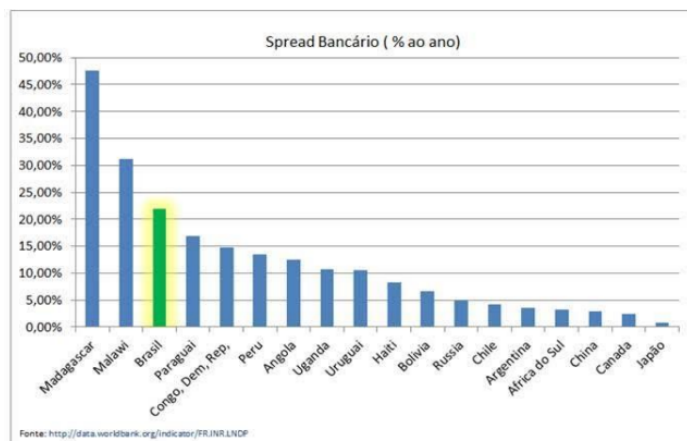
como em interpretações do direito civil. Nesse contexto, o princípio da boa-fé surge como um alicerce fundamental, pois orienta as partes contratantes a agirem de modo colaborativo, com obrigações de transparência, clareza informativa e honestidade, conforme garantido pela legislação de defesa do consumidor (BORGES, 2019).

Esse cenário se torna ainda mais relevante para consumidores economicamente vulneráveis que, sem uma estrutura regulatória clara, acabam expostos a contratos pouco transparentes e a práticas que contribuem para o endividamento excessivo. Do ponto de vista jurídico, decisões de jurisprudência têm estabelecido por unanimidade que o comprometimento de renda no crédito consignado não deve ultrapassar 30%, como forma de proteção ao consumidor (SILVA FILHO, 2023).

Essa limitação busca amenizar os efeitos do endividamento elevado, especialmente em um contexto onde as taxas de juros no crédito rotativo chegaram a 353,7% ao ano, apesar de a taxa básica de juros (SELIC) estar fixada em 7% no período analisado. Esse cenário acentua o problema do spread bancário, ou seja, a diferença entre os juros cobrados nos empréstimos e os juros pagos aos aplicadores. No caso do Brasil, a alta margem entre esses valores coloca o país entre os que possuem os maiores spreads bancários no mundo (SILVA FILHO, 2023).

Conforme pesquisas recentes do Banco Mundial (2022), o Brasil ocupa a terceira posição global em relação aos spreads bancários mais elevados, como ilustrado no Gráfico 1 – Países com os Maiores Spreads Bancários. Esse fator representa um obstáculo significativo para a educação financeira, evidenciando a necessidade de políticas públicas que favoreçam um ambiente financeiro mais justo e acessível a todos os grupos sociais.

## GRÁFICO 1 – PAÍSES COM OS MAIORES SPREADS BANCÁRIOS



Fonte: Silva Filho (2023, p. 45).

Em junho de 2015, o spread bancário para pessoas físicas no Brasil chegou a expressivos 24,9% (BACEN, 2015). Nesse contexto, observa-se um país com baixo rendimento per capita — entendido como a soma de todo ganho monetário, com exceção de variações patrimoniais (IBGE, 2011). A população, que deposita seus recursos a uma taxa baixa, vê o mesmo dinheiro sendo emprestado a juros muito superiores, gerando uma rentabilidade alta para as instituições financeiras, que não necessariamente o aplicam em atividades produtivas.

Esse sistema bancário no Brasil, atuando em grande medida como um “intermediário” autorizado, frequentemente garante lucro às custas da produtividade das pessoas e das empresas. Esse cenário é desafiador para uma solução eficaz, pois, embora o governo possua instrumentos para regular o setor financeiro, como os bancos públicos, que poderiam oferecer linhas de crédito a juros mais baixos, essa intervenção é limitada (SOUSA et al., 2022).

Essa inércia é explicada, em parte, pelo lobby das instituições financeiras, que historicamente têm exercido influência política por meio de financiamento de campanhas e mantém forte atuação junto aos poderes legislativo e executivo, impactando, ocasionalmente, até o judiciário. Outro dado que reflete a situação financeira dos brasileiros é o endividamento sazonal, como o das festas de fim de ano (PONTES, 2023).

As dívidas adquiridas durante o período natalino deixaram 17% da população com o nome negativado (SPC, 2015). Esse dado expõe uma lacuna significativa na educação financeira do país, já que esses gastos não estão relacionados a bens de

primeira necessidade, cuja demanda é inelástica, como medicamentos ou alimentos básicos, os quais são indispensáveis, independentemente dos preços. Em maio de 2017, a inadimplência no Brasil alcançou mais de 61 milhões de pessoas (SERASA, 2018), evidenciando a extensão do problema.

Para compreender o endividamento brasileiro, é fundamental avaliar a renda e as despesas das famílias. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 do IBGE apresenta essas estruturas: a média mensal de despesas familiares foi de R\$ 2.626,31, enquanto a renda média mensal ficou em R\$ 2.641,63 (IBGE, 2010). Com uma diferença de apenas R\$ 15,32, os dados revelam uma margem limitada para poupança, o que sugere uma alta predisposição ao endividamento.

Os gastos mensais variam conforme a ocupação da pessoa de referência. Empregadores arcam com despesas de R\$ 6.373,00, enquanto empregados públicos têm uma média de R\$ 4.327,00. Para empregados do setor privado, a despesa média cai para R\$ 2.497,00, enquanto trabalhadores domésticos registram R\$ 1.248,00, seguidos por aqueles que produzem para consumo próprio, com uma média de R\$ 936,00 (SILVA FILHO, 2023).

Essa estrutura reforça a relação entre tipo de ocupação e padrão de despesa familiar, evidenciando o impacto da capacidade financeira na gestão de recursos no país. Já escolaridade impacta o padrão de consumo das famílias brasileiras. Nas famílias onde a pessoa de referência tem menos de um ano de estudo, o gasto médio mensal foi estimado em R\$ 1.403,42, ao passo que, quando a pessoa de referência tem pelo menos 11 anos de estudo, esse valor se eleva para R\$ 4.314,92, evidenciando um aumento expressivo (IBGE, 2012).

Esse crescimento, contudo, não decorre apenas da escolaridade, mas também da relação entre os anos de estudo e o aumento de renda, o que contribui para um incremento nas despesas familiares. Nas últimas décadas, o perfil de consumo das famílias mudou consideravelmente. Um exemplo é o aumento das refeições feitas fora de casa, passando de 24,1% em 2002/03 para 31,1% em 2008/2009, reflexo de um estilo de vida mais dinâmico (SILVA FILHO, 2023).

O consumo digital também aumentou, influenciado pela expansão da telefonia móvel e pelo acesso à internet, tornando as redes sociais ferramentas eficazes para promover produtos e impulsionar o consumo. Apesar dessas transformações, a participação da alimentação nos gastos totais diminuiu nas últimas décadas, de 33,9% em 1975 para 19,8% em 2008/2009, enquanto os custos com habitação cresceram de

30,4% para 35,9% no mesmo período, com aumento ainda mais acentuado nas áreas rurais (IBGE, 2017). Ademais, o consumo doméstico também varia conforme a ocupação e renda da pessoa de referência da família.

Famílias de trabalhadores domésticos, com despesas médias mais baixas, destinam cerca de 92% dos gastos ao consumo, enquanto nas famílias de empregadores, esse percentual é aproximadamente 80%. Nas famílias de trabalhadores domésticos, alimentação e habitação representam quase 59% das despesas, enquanto nas de empregadores, apenas 37%. Essa diferença é significativa também em transportes, onde empregadores investem mais em veículos e combustíveis, e nas despesas correntes (SILVA FILHO, 2023).

Nessas famílias, os empregadores e funcionários públicos têm maior comprometimento com impostos, enquanto os trabalhadores domésticos alocam mais em contribuições trabalhistas (IBGE, 2012). Entre empregados públicos e privados, há distinções relevantes. Empregados públicos possuem despesas 1,7 vezes maiores que os privados. Nos gastos com alimentação e habitação, empregados públicos dedicam 73,4%, contra 45,3% dos empregados privados (SILVA FILHO, 2023).

Em transportes, os gastos dos públicos são 1,6 vezes maiores. Na aquisição de veículos, empregados públicos investem R\$ 286,07 mensais, contra R\$ 177,54 dos privados. Para saúde e educação, o gasto dos públicos é quase o dobro, e nos impostos, 3,4 vezes superior (IBGE, 2012). Assim, o crédito, embora ofereça meios de antecipar consumo, requer uso consciente, ajustando-se ao perfil e à capacidade de pagamento do usuário.

Níveis excessivos de endividamento comprometem a renda e aumentam a inadimplência, enquanto a poupança pode promover maior estabilidade financeira para enfrentar emergências e planejar o futuro (KISTEMANN JUNIOR et al., 2020). A educação financeira é, portanto, essencial para incentivar o uso responsável do crédito e fortalecer a sustentabilidade financeira. Esse panorama é expresso na Figura 1:

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS CARTÕES DE CRÉDITO: VOLUME DE OPERAÇÕES E VALOR MÉDIO



Fonte: Silva Filho (2023, p. 48).

No Brasil, o cartão de crédito se destaca como o recurso de crédito mais acessado pela população, especialmente em suas modalidades de pagamento à vista e parcelado sem acréscimo de juros das instituições financeiras. De modo geral, o cartão de crédito rotativo, junto ao cheque especial, constitui uma das principais alternativas utilizadas pelos consumidores, mas é importante notar que ambos apresentam taxas de juros elevadas em comparação a outras opções de crédito (GRELLMANN, 2019).

Embora amplamente utilizados, esses tipos de crédito representam uma parcela menor do saldo total das carteiras de crédito, que é predominantemente composta por modalidades como crédito habitacional e consignado (SOUZA et al., 2022). Apesar das altas taxas, o crédito rotativo e o cheque especial têm forte adesão entre os brasileiros, sendo essas duas das formas de crédito mais caras do mercado, conforme ilustrado no Quadro 1:

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS TAXAS DE JUROS NAS MODALIDADES DE CRÉDITO COM MAIOR USO NO BRASIL

Modalidade de crédito	% a.a.
Cartão de Crédito à vista ou parcelado para Lojista	-
Cartão de Crédito – Rotativo	332,14%
Crédito Pessoal – com consignação	25,96%
Crédito Pessoal – sem consignação	113,28%
Cheque Especial	113,28%
Cartão de Crédito – compra ou fatura parcelada	169,22%
Aquisição de Veículo	22,23%

Fonte: Silva Filho (2023, p. 48).

O Quadro 1 apresenta as diferentes taxas associadas a cada modalidade, evidenciando a posição dos juros do rotativo e do cheque especial entre as mais

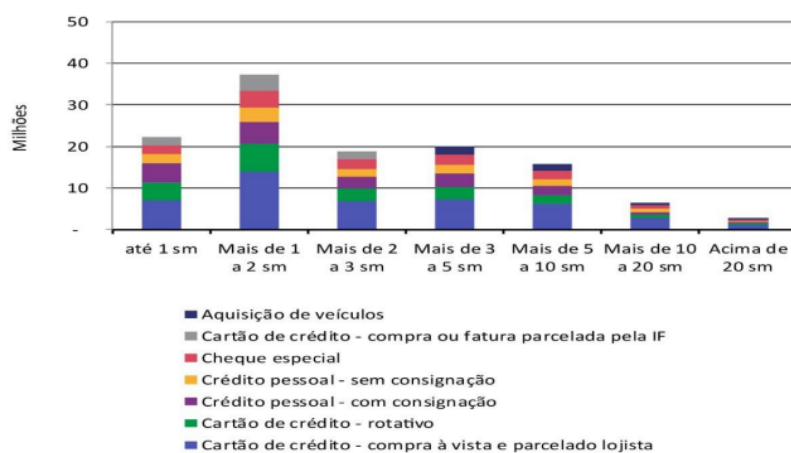
elevadas. Essas modalidades figuram entre as quatro com maior número de contratantes em todas as classes de renda. A única exceção é observada na primeira faixa de renda, correspondente a quem ganha até um salário mínimo, onde o cheque especial ocupa a sexta posição em popularidade, enquanto o crédito rotativo ocupa a segunda (SOUZA et al., 2022).

Esse padrão de uso reflete uma série de desafios para a disseminação da educação financeira no Brasil, especialmente considerando as barreiras que impactam grupos de diferentes faixas de renda e níveis de instrução. O crédito rotativo e o cheque especial, por serem amplamente acessíveis e de fácil contratação, acabam sendo utilizados mesmo em situações que poderiam ser resolvidas com alternativas financeiras mais sustentáveis (XAVIER et al., 2021).

Esse comportamento pode resultar na amplificação de dívidas e na vulnerabilidade econômica, especialmente entre consumidores que desconhecem os impactos das altas taxas de juros associadas a esses produtos. Nesse contexto, a educação financeira emerge como uma necessidade crucial, especialmente na era da informação, em que a tecnologia pode tanto facilitar o acesso ao conhecimento quanto intensificar o apelo ao consumo (SANTOS; GALUCCI NETTO, 2020).

Conforme ilustrado no Gráfico 2, observa-se que o cartão de crédito é o produto financeiro mais utilizado em todos os níveis de rendimento, com maior concentração entre aqueles que ganham de um a dois salários mínimos, abrangendo cerca de 13 milhões de pessoas (SILVA FILHO, 2023). Esse cenário, portanto, sugere uma tendência de endividamento contínuo, impulsionado pelas altas taxas de juros aplicadas nessa forma de crédito, como se vê:

GRÁFICO 2 – PREFERÊNCIAS POR MODALIDADE DE CRÉDITO SEGUNDO FAIXA DE RENDA – 2017



Nota: os tomadores de crédito podem aparecer mais de uma vez pelo fato de possuírem crédito em mais de uma modalidade

Fonte: Silva Filho (2023, p. 49).

Na sequência, o crédito rotativo do cartão de crédito, o crédito pessoal, também conhecido como CDC (Crédito Direto ao Consumidor), e o cheque especial aparecem como opções populares entre os tomadores de crédito em todas as faixas de renda. Embora o cheque especial tenha uma menor participação percentual, ele desempenha um papel relevante no acúmulo de dívidas, já que opera como um catalisador de endividamento para muitos consumidores (LIMA; BRITO, 2024).

Ainda, o Gráfico 2 aponta que o crédito consignado, com pagamento descontado diretamente da fonte de renda, é predominantemente utilizado pelas faixas de rendimento mais baixas, especialmente entre aposentados e pensionistas do sistema de Previdência Social. Esse perfil de uso reflete a dependência dessas populações em créditos de fácil acesso, embora tais modalidades possam comprometer a renda em longo prazo se mal administradas (SILVA FILHO, 2023).

Assim, destaca-se o perfil dos usuários de cartões de crédito, indicando que as modalidades rotativas desse crédito apresentam uma menor participação de pessoas com níveis educacionais elevados. Em contraste, há uma maior incidência de indivíduos que perderam recentemente o emprego formal ou são beneficiários de programas sociais. Esse dado reforça o caráter do crédito rotativo como uma alternativa de curto prazo para populações mais vulneráveis, o que acaba agravando o risco de endividamento devido ao desconhecimento dos altos encargos associados.

Diante deste cenário, a educação financeira assume um papel central,

especialmente na era digital, onde o acesso à informação é amplo, mas nem sempre filtrado ou adequado para o público leigo. A disseminação de conteúdos sobre o impacto das altas taxas de juros e alternativas de crédito mais sustentáveis constitui uma oportunidade para promover escolhas financeiras mais conscientes e evitar o endividamento excessivo das faixas economicamente vulneráveis.

### **3.1.2 Educação financeira e comportamento de poupança no Brasil: desafios e perspectivas para inclusão e sustentabilidade**

Os dados recentes sobre o comportamento financeiro dos brasileiros apontam a necessidade urgente de fortalecer a educação financeira no país. Conforme o Relatório de Cidadania Financeira (BANCO CENTRAL, 2018), a análise comparativa com a pesquisa internacional Global Findex revela que o hábito de poupar entre brasileiros é menos frequente em comparação aos padrões observados tanto em países latino-americanos em desenvolvimento quanto em países de renda per capita semelhante, ajustada pelo Paridade de Poder de Compra (PPC) (XAVIER et al., 2021).

Esse comportamento evidencia que a cultura de poupança ainda enfrenta barreiras no Brasil, o que se torna um obstáculo para a sustentabilidade financeira dos cidadãos. Embora a capacidade dos brasileiros de lidar com situações financeiras inesperadas tenha registrado avanços significativos entre 2014 e 2017, especialmente no que diz respeito à habilidade de levantar fundos para emergências, observa-se que esses recursos geralmente vêm de fontes informais, como familiares e amigos (RIBEIRO et al., 2021).

Esse padrão de busca por apoio financeiro indica um cenário em que muitos ainda não possuem acesso ou confiança suficiente em produtos financeiros formais que poderiam oferecer maior segurança e estabilidade em momentos críticos. O acesso a produtos financeiros, especialmente linhas de crédito, é dominado por modalidades de alta taxa de juros, como o crédito rotativo do cartão e o cheque especial, que estão entre as quatro modalidades mais comuns de crédito em todas as classes de renda (DANTAS, 2023).

O Global Findex de 2017, baseado em dados relativos a 2014-2015, revela que, mesmo com uma redução da renda per capita durante esse período, a porcentagem de brasileiros que economizaram algum valor aumentou em quatro pontos percentuais. Esse crescimento contraria a tendência geral de piora no índice de

poupança em países em desenvolvimento na América Latina e em economias com rendimentos per capita equivalentes ao brasileiro.

Esses dados, expostos no Quadro 2, revelam que 28% dos brasileiros pouparam alguma quantia em 2014, índice que subiu para 32% em 2015, ainda distante da média da OCDE, que alcançou 71% e 73%, respectivamente, nos mesmos anos (SILVA FILHO, 2023).

QUADRO 2 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO QUE ECONOMIZOU ALGUM VALOR NO ÚLTIMO ANO (%)

Poupou qualquer quantia no último ano	2014	2015
Brasil	28%	32%
Países de alta renda: OCDE	71%	73%
Mundo	56%	48%
América Latina e Caribe (exceto países de alta renda)	41%	37%
Países de renda per capita PPC próxima à do Brasil	46%	43%

Fonte: Silva Filho (2023, p. 50).

Essas informações reforçam os desafios e as oportunidades para desenvolver uma educação financeira eficaz, especialmente em um contexto digital, onde o acesso e a disseminação de conhecimentos podem mitigar lacunas comportamentais e culturais, promovendo uma relação mais equilibrada e sustentável dos brasileiros com as finanças pessoais. Diante das margens de erro presentes na pesquisa Global Findex, é preciso determinar se o crescimento observado reflete, de fato, uma alteração real no hábito de poupar entre os brasileiros (SILVA FILHO, 2023).

Embora os dados apontem para um aumento no número de pessoas que economizam entre 2014 e 2017, ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar os patamares de poupança verificados em outros países. Conforme ilustrado no Quadro 3, o percentual de adultos brasileiros que pouparam ainda permanece inferior aos níveis de comparação internacionais:

QUADRO 3 – PERCENTUAL DE ADULTOS COM FUNDO EMERGENCIAL DISPONÍVEL POR PAÍS E ANO

Países com possibilidade de fundo de emergência	2014	2015
Brasil	35%	46%
Países de alta renda: OCDE	71%	74%
Mundo	60%	54%
América Latina e Caribe (exceto países de alta renda)	46%	41%
Países de renda média alta	65%	53%
Países de renda per capita próxima à do Brasil	53%	50%
Países de renda per capita PPP próxima à do Brasil	57%	49%

Fonte: Silva Filho (2023, p. 51).

No Brasil, o grupo de renda equivalente a um salário mínimo é o que apresenta maior comprometimento de renda, alcançando 35,2%, assim como a mais elevada taxa de inadimplência, atingindo 6,4%. Esse mesmo grupo experimentou também a maior queda no nível de endividamento, passando de 74,3% para 51,8% entre os anos de 2015 e 2017. Ao contrário de tendências globais, os indicadores de poupança e resiliência financeira demonstraram melhora no Brasil durante o período analisado (SILVA FILHO, 2023).

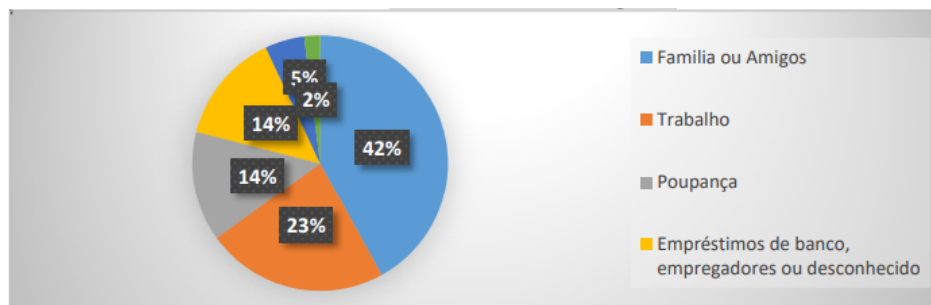
Segundo dados do Global Findex, o número de brasileiros que economizam algum montante passou de 28% em 2014 para 32% em 2017, ainda que a porcentagem se mantenha baixa em termos absolutos. Assim, o Quadro 3 mostra um panorama comparativo sobre a capacidade de diferentes países em manter recursos emergenciais. Em 2014, 35% da população brasileira adulta possuía algum fundo para eventualidades; essa proporção aumentou para 46% em 2015 (SILVA FILHO, 2023).

Em países da OCDE, a proporção foi significativamente mais alta, subindo de 71% para 74% no mesmo período. O cenário mundial geral, por sua vez, apresentou uma leve redução, de 60% para 54%, refletindo uma leve contração na capacidade de reserva para emergências. Entre 2014 e 2015, houve um crescimento de 11% na utilização de fundos emergenciais no Brasil, refletindo uma maior disposição dos brasileiros em buscar recursos para eventualidades (SILVA FILHO, 2023).

No entanto, essa melhora ainda está distante do padrão observado nos países da OCDE e outras nações de alta renda. Embora os resultados estejam relativamente acima da média de países da América Latina e Caribe, ainda há uma discrepância de 3% em comparação aos países com renda per capita similar, o que reforça a

importância de ampliar a Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil, como pode ser visto:

GRÁFICO 3 – ORIGEM DOS RECURSOS EMERGENCIAIS NO BRASIL



Fonte: Silva Filho (2023, p. 52).

A análise das fontes desses fundos emergenciais revela que, conforme apresentado no Gráfico 3, a maioria dos recursos emergenciais (42%) provém de familiares ou amigos, seguida pela renda gerada diretamente pelo trabalho do próprio indivíduo. Apenas uma pequena parcela, cerca de 14%, é obtida por meio de poupança. Esse cenário indica que a prática de poupar ainda é limitada entre os brasileiros, especialmente quando comparada aos países com renda per capita semelhante, sugerindo uma carência em atitudes e comportamentos financeiros adequados, além de um conhecimento financeiro restrito (COSTA NETO, 2020).

Essa elevada dependência de familiares e amigos para suporte financeiro em situações de emergência pode indicar uma falta de confiança no sistema bancário nacional, aliada às elevadas taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras. Esse cenário desafia a disseminação de práticas de educação financeira mais eficazes no país, sobretudo na era digital, onde o acesso a informações e a recursos financeiros se amplia, mas não necessariamente se traduz em maior segurança financeira (DARÔS; ROSA, 2023).

O desenvolvimento de sistemas alternativos, como o cooperativismo de crédito, poderia se apresentar como uma solução viável para contornar essa dificuldade, oferecendo taxas mais acessíveis e fortalecendo a confiança dos cidadãos no sistema financeiro. Assim, o Gráfico 3 ilustra essas proporções e destaca a prevalência do auxílio informal como principal fonte de fundos emergenciais. Esse cenário reforça a necessidade de uma educação financeira que alcance diferentes faixas etárias e socioeconômicas, considerando as barreiras tecnológicas e culturais que limitam a

eficácia das políticas atuais (DARÔS; ROSA, 2023).

A oportunidade de explorar os meios digitais para disseminar conhecimentos financeiros é crucial para ampliar a capacidade dos brasileiros em administrar melhor seus recursos, promovendo uma cultura de poupança e uso responsável de crédito para lidar com eventuais crises econômicas. Esse panorama ressalta a urgência em fortalecer a educação financeira no Brasil, utilizando estratégias que considerem as diferenças culturais e a falta de familiaridade tecnológica de grande parte da população, além de oferecer alternativas financeiras mais seguras e acessíveis.

Em síntese, o panorama atual do comportamento financeiro dos brasileiros evidencia a necessidade urgente de intensificar esforços em educação financeira, com especial foco na criação de hábitos de poupança e no acesso seguro a produtos financeiros. A predominância de suporte financeiro informal, como ajuda de familiares e amigos, e a baixa confiança nos sistemas formais indicam uma lacuna de conhecimento que dificulta a autonomia e a sustentabilidade financeira.

Na era da informação, aproveitar as tecnologias digitais para disseminar conteúdos financeiros pode proporcionar uma oportunidade significativa de inclusão e adaptação às diferentes realidades culturais e socioeconômicas do país. Compreender os fundamentos da educação financeira é o próximo passo para abordar essas questões. No próximo tópico, serão explorados os conceitos e características centrais que compõem a educação financeira, destacando suas bases teóricas e práticas, essenciais para promover uma formação econômica consistente e acessível à população.

### 3.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: PRÁTICAS, IMPACTOS E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A educação financeira é uma base fundamental para o crescimento econômico e o bem-estar financeiro individual, que se reflete diretamente no desenvolvimento de uma sociedade. Segundo Santos (2013), uma organização adequada das finanças permite que as pessoas alcancem melhores condições de vida e, com isso, índices mais altos de desenvolvimento social. Já Silva e Nogueira (2018) apontam que o preparo financeiro também tem um impacto positivo no desempenho profissional, pois proporciona maior segurança nas decisões e favorece o planejamento de longo prazo.

Zanluchi (2019) reforça que o planejamento financeiro, construído a partir de

uma boa educação em finanças, está diretamente associado ao desenvolvimento profissional, evidenciando que o controle adequado sobre os recursos pessoais pode levar a uma maior produtividade no ambiente de trabalho. Essa relação mostra que indivíduos com conhecimento financeiro tendem a manter uma trajetória profissional estável, o que beneficia tanto sua vida pessoal quanto sua carreira.

De acordo com Teixeira et al. (2010), a educação financeira envolve a aplicação de conceitos e princípios financeiros para guiar decisões pessoais de forma equilibrada e segura. Esse discernimento é essencial, pois permite que os indivíduos compreendam quando assumir um compromisso financeiro e o impacto que isso terá no futuro. A capacidade de gerir dívidas de maneira consciente e planejada é um aspecto central para a manutenção da saúde financeira.

Para Guindani et al. (2008), a educação financeira abrange a habilidade de alinhar ganhos e despesas de modo a manter um saldo positivo. Muitas vezes, pessoas que gastam além de suas possibilidades recorrem a financiamentos ou ao uso excessivo do crédito, o que prejudica sua estabilidade financeira. A educação financeira, nesse contexto, oferece as ferramentas para organizar gastos, promovendo o equilíbrio necessário, ainda que desafios como a alta nos preços de itens essenciais tornem esse equilíbrio mais difícil.

Já no entendimento de Peter e Palme (2013), a educação financeira é a capacidade de entender e gerenciar questões relacionadas às finanças. Esse conhecimento permite que os indivíduos façam escolhas conscientes, minimizando o risco de endividamento excessivo e facilitando o planejamento financeiro. Na sequência, o próximo tópico abordará os conceitos e características da educação financeira, aprofundando o entendimento sobre os fundamentos que estruturam a prática de uma gestão financeira consciente e sustentável.

Assim, a educação financeira é um fator essencial para o desenvolvimento econômico sustentável, capacitando indivíduos a tomarem decisões informadas sobre a gestão de seus recursos. Domingos (2014) descreve a educação financeira como uma competência que permite ao indivíduo administrar dinheiro de forma eficiente e fundamentada. Para ele, essa prática não apenas organiza os recursos financeiros, mas promove uma transformação de hábitos e costumes que impactam a vida pessoal e familiar ao longo das gerações.

Em situações onde o desequilíbrio entre receitas e despesas prevalece, as consequências para o bem-estar emocional e social dos indivíduos podem ser

severas, incluindo aumento do estresse e conflitos interpessoais. Segundo Guindani et al. (2008), a falta de conhecimento sobre o uso adequado dos recursos financeiros é a raiz de muitos problemas econômicos, e a educação financeira seria o meio para evitar decisões equivocadas e obter maior estabilidade.

Para que o planejamento financeiro seja eficaz, é importante considerar aspectos como as taxas de juros e o retorno sobre investimentos, visto que o uso de crédito, quando aplicado de forma estratégica, pode gerar benefícios futuros. As empresas, por exemplo, aproveitam empréstimos a custos mais baixos para aumentar seus retornos. Esse raciocínio pode ser aplicado ao nível pessoal, desde que o indivíduo conheça as vantagens e desvantagens de cada alternativa e desenvolva um planejamento detalhado (PONTES, 2023).

O Banco Central do Brasil (BCB) iniciou ações de educação financeira no final dos anos 1990, com programas voltados à difusão de conceitos econômicos e ao papel das instituições financeiras. Em 2003, o BCB lançou um programa com foco em informações sobre serviços financeiros, embora sua abordagem inicial fosse predominantemente cognitiva, sem ênfase nas mudanças de comportamento (KISTEMANN JUNIOR et al., 2020).

Atualmente, o BCB segue a definição de educação financeira da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que a caracteriza como um processo que amplia o entendimento dos consumidores sobre produtos financeiros, riscos e conceitos básicos, promovendo o desenvolvimento de habilidades e a confiança para realizar escolhas informadas, avaliar oportunidades e agir em benefício de seu próprio bem-estar financeiro (PONTES, 2023).

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), inspirada nas diretrizes da OCDE e adotada por países do G20, visa a desenvolver habilidades financeiras essenciais, que, segundo a OCDE, foram reconhecidas como uma necessidade emergente após a crise financeira global, destacando a importância da alfabetização financeira como um complemento às políticas de supervisão e regulação (HARMBACH; SANTOS, 2023).

Além da estabilidade econômica, o aumento da educação financeira está associado a melhorias no bem-estar dos cidadãos. A Agência de Proteção do Consumidor de Serviços Financeiros do Canadá destaca que uma população com mais conhecimento, habilidades e confiança financeiras é capaz de administrar melhor suas finanças diárias, planejar para o futuro e navegar com segurança em um

mercado em constante transformação.

Conclui-se que a educação financeira desempenha um papel vital no fortalecimento da segurança financeira e no desenvolvimento econômico, capacitando indivíduos a gerirem seus recursos com consciência e responsabilidade. A adoção de práticas financeiras sólidas e a familiaridade com conceitos básicos de finanças permitem que as pessoas tomem decisões mais informadas e estratégicas, reduzindo o risco de endividamento excessivo e melhorando o bem-estar pessoal e social (GRELLMANN, 2019).

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e as diretrizes internacionais, como as da OCDE, evidenciam que a educação financeira é uma prioridade que ultrapassa as fronteiras nacionais, sendo fundamental para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade global. Na sequência, será abordado o desenvolvimento da educação financeira, explorando sua evolução, implementação e o papel das políticas públicas e da tecnologia na disseminação de conhecimentos financeiros, com foco em garantir que essa formação chegue a diferentes segmentos da população (GRELLMANN, 2019).

### 3.3 EVOLUÇÃO E IMPACTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

No intuito de fomentar a educação financeira no Brasil, foi instituído o Conselho Nacional de Educação Financeira (CONEF), órgão responsável por dirigir, monitorar e promover a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). O CONEF foi formalizado por meio de diversas legislações e deliberações, que estabeleceram diretrizes fundamentais para programas como a educação financeira nas escolas e o selo de reconhecimento de iniciativas voltadas para o tema (RIBEIRO et al., 2021).

Nessa perspectiva, frisa-se que o crescimento econômico observado no início da década de 2010, o governo brasileiro, por meio do Decreto n.º 7.397 de 22 de dezembro de 2010, iniciou a ENEF para promover a inclusão financeira e fortalecer a cidadania, buscando ampliar a conscientização dos consumidores quanto às suas escolhas financeiras e à solidez do Sistema Financeiro Nacional (KISTEMANN JUNIOR et al., 2020).

O foco da ENEF inclui ações destinadas a diferentes grupos, como estudantes do ensino fundamental e médio, mulheres beneficiárias de programas de assistência

social e aposentados. A estrutura do CONEF integra importantes órgãos, entre eles o Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Ministério da Fazenda, o Ministério da Educação, além de representantes de entidades financeiras e de mercado, como a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN).

Essa composição institucional reflete o compromisso com a construção de uma cidadania financeira sólida e com a criação de uma sociedade mais informada sobre finanças pessoais, previdência e seguridade. A ENEF é fundamentada em um conjunto de ações multidisciplinares que visam promover a educação financeira, fiscal, previdenciária e securitária, seguindo os parâmetros do Decreto n.º 10.393 de 9 de junho de 2020, que renovou e reforçou sua importância (SOUZA et al., 2022).

Segundo o relatório da ENEF, a nova estratégia opera a partir de programas transversais e setoriais, coordenados de forma centralizada, mas executados em diversas esferas, permitindo uma ampla disseminação do conhecimento financeiro. O Banco Central desempenha papel de destaque nesse contexto, participando ativamente da ENEF e integrando sua agenda de cidadania financeira ao esforço de entidades do setor (REIS; CAMPOS, 2024).

Como parte do compromisso de transparência, o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) publica periodicamente comunicados sobre o progresso das ações dos membros, detalhando metas, resultados e público-alvo. Esses relatórios permitem à população acompanhar o desenvolvimento da ENEF e avaliar o impacto das iniciativas sobre a educação e a cidadania financeira no país (SANTOS; GALUCCI NETTO, 2020).

Dada a importância da ENEF e seus objetivos, a educação financeira se torna um recurso essencial para enfrentar o consumismo exacerbado e promover uma consciência financeira que favoreça escolhas informadas. Na sequência, o próximo tópico discutirá a evolução do desenvolvimento da educação financeira, suas etapas e os esforços para consolidar sua disseminação de forma inclusiva.

### 3.4 DESAFIOS E LIMITAÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA ESTRATÉGIA NACIONAL E CONTEXTOS REGIONAIS

Há uma série de desafios atrelados à disseminação da educação financeira no Brasil, mesmo após a implementação de políticas públicas e programas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Esta estratégia, apesar de

representar um avanço na conscientização e gestão financeira, enfrenta limitações significativas para se consolidar de maneira abrangente e eficiente. A ENEF visa promover a educação financeira para públicos como aposentados e mulheres beneficiárias do Bolsa Família, mas ainda deixa de fora grupos como os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pensionistas com baixos rendimentos, o que compromete seu alcance inclusivo (GRELLMANN, 2019).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) inclui a educação financeira como tema integrado à matemática, mas não como disciplina autônoma, o que enfraquece seu impacto e dificulta a formação de professores capacitados para transmitir esses conhecimentos de maneira aprofundada. A BNCC exige que os docentes ensinem educação financeira nas redes de ensino fundamental e médio, mas o conteúdo limitado e a falta de especialização dos educadores dificultam o entendimento do tema (GRELLMANN, 2019).

Além disso, muitos professores enfrentam eles próprios problemas financeiros, o que sugere a necessidade de uma capacitação que os beneficie como consumidores antes de serem multiplicadores do conteúdo. Outro desafio importante está na diversidade cultural e nas desigualdades regionais do país, que demandam adaptações na forma como a educação financeira é transmitida. O Brasil, com dimensões continentais, possui variações econômicas e culturais entre regiões que afetam diretamente o acesso e a percepção sobre finanças (DARÔS; ROSA, 2023).

Essas diferenças culturais e linguísticas criam barreiras para a implementação de programas educacionais homogêneos, o que torna necessário adaptar os conteúdos de forma que respeitem as realidades locais. Ademais, a pandemia de COVID-19 trouxe desafios adicionais, especialmente com o aumento do desemprego e a consequente dependência de auxílios emergenciais (HARMBACH; SANTOS, 2023).

Milhões de brasileiros passaram a lidar com situações financeiras extremas, o que expôs a necessidade urgente de uma educação financeira que forneça ferramentas práticas e imediatas para gerenciar as finanças durante crises. Nesse contexto, o desenvolvimento de um planejamento financeiro familiar básico torna-se essencial, especialmente para as famílias que sobrevivem com rendas muito baixas (DARÔS; ROSA, 2023).

O uso de tecnologia e de plataformas digitais oferece novas oportunidades para a educação financeira, mas também apresenta dificuldades. A conectividade e o

acesso a informações online permitem que mais pessoas tenham contato com conteúdos financeiros, contudo, a abundância de informações pode ser confusa e, muitas vezes, as fontes não são confiáveis. A disseminação de conselhos financeiros sem embasamento ou de promessas de enriquecimento rápido são problemas reais que acabam prejudicando quem busca aprender mais sobre o tema.

Portanto, é fundamental que as plataformas digitais filtrem e apresentem informações adequadas e verificáveis. Isto se torna relevante quando se observa que a inclusão de jovens no mercado financeiro também é um desafio, pois eles apresentam altos índices de inadimplência. Dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) indicam que 19% dos brasileiros entre 18 e 24 anos e 46% dos que têm entre 25 e 29 anos estão endividados (SOUSA et al., 2022).

Além disso, três quartos dos jovens entre 18 e 30 anos não monitoram seus gastos, o que sugere que a falta de educação financeira contribui para essa realidade de endividamento e descontrole financeiro. Ademais, a falta de regulamentação específica para programas de educação financeira também é um ponto crítico. A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) defende a educação financeira como um direito, visto que capacita o cidadão a fazer escolhas mais conscientes e a evitar práticas financeiras prejudiciais (SOUSA et al., 2022).

No Brasil, a ausência de uma estrutura legal robusta e de fiscalização adequada para essas iniciativas cria obstáculos adicionais, pois não há mecanismos eficientes para avaliar o impacto e a efetividade de programas como a ENEF. Por outro lado, a questão da educação financeira para populações economicamente vulneráveis expõe uma problemática central: famílias que vivem com rendas muito baixas ou que dependem de auxílios sociais enfrentam dificuldades para adotar práticas de controle financeiro (SOUZA et al., 2022).

Nesses casos, a prioridade está na subsistência, o que reduz a capacidade de planejamento financeiro. Assim, enquanto para famílias com maior estabilidade financeira a educação sobre investimentos e poupança é útil, para aquelas em situação de vulnerabilidade, estratégias focadas em gerenciamento de recursos básicos se fazem mais necessárias. Para que a educação financeira seja eficaz, deve-se adotar uma abordagem inclusiva que aborde as necessidades de diferentes grupos da sociedade (SOUZA et al., 2022).

A ENEF e outras políticas de educação financeira devem não apenas transmitir conhecimento, mas também desenvolver competências práticas para a tomada de

decisões financeiras no cotidiano. A implementação de programas de capacitação para professores e a criação de conteúdos acessíveis são passos fundamentais, assim como o fortalecimento das iniciativas que visam adaptar o ensino às realidades culturais e econômicas do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a educação financeira na era da informação ressaltou a importância de capacitar a população para gerenciar seus recursos de forma consciente e segura, especialmente em um cenário em que o acesso a produtos financeiros e a variedade de informações sobre finanças pessoais aumentam constantemente. Observou-se que, embora a disseminação de informações financeiras tenha se tornado mais acessível com o uso da tecnologia, ainda existem barreiras significativas relacionadas ao analfabetismo financeiro.

Essas barreiras afetam principalmente grupos socialmente vulneráveis e jovens com menor conhecimento sobre gestão de dinheiro. Essas limitações resultam em uma alta taxa de endividamento e inadimplência, revelando uma carência generalizada de habilidades financeiras e planejamento econômico de longo prazo. Ademais, a análise mostrou que, enquanto o Brasil tem feito progressos em termos de políticas públicas para a educação financeira, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), os desafios para alcançar todos os segmentos da população permanecem consideráveis.

A ENEF, embora amplie a conscientização financeira, ainda não abarca adequadamente certas parcelas da sociedade, como indivíduos de baixa renda ou pessoas com pouca familiaridade tecnológica, o que limita seu impacto de forma inclusiva e ampla. A inclusão da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), embora positiva, enfrenta limitações na prática devido à falta de preparo dos professores e à necessidade de adaptar o conteúdo às realidades culturais e regionais do país.

Além disso, a disseminação de conhecimentos financeiros através de meios digitais tem sido promissora, mas enfrenta desafios que incluem a confiabilidade das fontes e a dificuldade de filtrar informações corretas e acessíveis para o público geral. A análise dos dados sugere que uma parcela significativa da população ainda depende de suporte informal para lidar com crises financeiras, preferindo a ajuda de familiares e amigos em vez de recorrer ao sistema bancário formal, possivelmente devido à falta de confiança ou ao receio de taxas elevadas associadas ao crédito formal.

Foi também destacado o papel das tecnologias emergentes, como a big data e o blockchain, que oferecem oportunidades para melhorar a educação financeira por

meio de uma análise detalhada dos comportamentos financeiros da população. Ferramentas como essas têm o potencial de personalizar o ensino financeiro e torná-lo mais acessível e dinâmico, adaptando-o às necessidades específicas de diferentes grupos.

No entanto, para que essas inovações sejam eficazes, é imprescindível desenvolver competências digitais e considerar as barreiras culturais e econômicas que possam limitar seu alcance e aplicabilidade em um país de grande diversidade, como o Brasil. Em relação à importância da educação financeira no fortalecimento da cidadania e da autonomia econômica, o estudo demonstrou que uma população financeiramente educada tende a ter uma maior estabilidade econômica, o que contribui não apenas para o bem-estar individual, mas também para um ambiente econômico mais saudável e equilibrado.

Esse cenário fomenta uma sociedade mais preparada para lidar com imprevistos financeiros, minimizando os impactos de crises econômicas nas finanças familiares. Além disso, a educação financeira é essencial para combater o consumismo exacerbado e para promover uma consciência financeira que favoreça escolhas mais informadas e menos impulsivas. No entanto, o estudo indicou que as atuais políticas de educação financeira no Brasil ainda não alcançam de forma abrangente todos os cidadãos, devido a uma série de limitações estruturais e contextuais.

Uma delas é a abordagem restrita e teórica que prevalece na educação financeira oferecida, que muitas vezes não aborda de maneira prática as necessidades reais dos indivíduos em diferentes contextos econômicos e culturais. A falta de uma abordagem adaptada limita a eficácia dessas políticas, especialmente em um país com disparidades socioeconômicas tão marcantes. Quanto às limitações deste estudo, destaca-se a necessidade de uma análise mais profunda dos impactos específicos de diferentes abordagens de educação financeira em distintos grupos da população brasileira.

Futuras pesquisas poderiam explorar como a personalização da educação financeira, com base nas características regionais, econômicas e demográficas, pode melhorar a eficácia dessas iniciativas. Estudos adicionais também poderiam avaliar o impacto de metodologias inovadoras, como o uso de tecnologias educacionais, na retenção de conhecimento e na mudança de comportamento financeiro em longo prazo.

A continuidade da pesquisa sobre educação financeira se mostra essencial, não apenas para entender como adaptar os programas existentes às particularidades da população brasileira, mas também para criar um ambiente econômico mais inclusivo e seguro.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Júlio et al. **Blogs**: revolucionando os meios de comunicação. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BCB-CNEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENF**. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia\\_nacional\\_Educacao\\_Financeira\\_ENEF.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf). Acesso em: 12 nov. 2024.

CASALI, Caroline. **Circulação de saberes sobre jornalismo na sociedade em midiaticização**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2014.

COSTA NETO, Aluisio Belo da. **Educação financeira por meio das mídias digitais**. 2020. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Atuariais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

DANTAS, Francisco José Vieira. **Contribuições da educação financeira para educação básica**: uma revisão bibliográfica. 2023. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Matemática) - Instituto Federal da Paraíba, Cajazeiras, 2023.

DARÔS, Andréia Brognoli; ROSA, Josimara Rodrigues. Novas tecnologias e educação financeira. **Revista Interface Tecnológica**, v. 20, n. 1, p. 250-262, 2023.

DELFINO, Joyce da Silveira. **Potencialidades do blockchain na educação matemática financeira**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

DORNELLES, Jonatas. Antropologia e Internet: quando o "campo" é a cidade e o computador é a "rede". **Horizontes Antropológicos**, v. 10, p. 241-271, 2004.

FLORIANO, M. D. P.; FLORES, S. A. M.; ZULIANI, A. L. B. Educação financeira ou alfabetização financeira: quais as diferenças e semelhanças? **Recat**, v. 8, n. 1, p. 16-33, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOTTARDO, Maria Ângela. **Mídias sociais x comportamento de consumo**: análise das gerações Y e Z, acadêmicos ingressantes e egressos dos cursos de graduação da Unochapecó. 2011. 105f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) - Universidade da Região de Chapecó, Chapecó, 2011.

GRELLMANN, Jean Felipe Santos. **O papel da literacia financeira no projeto de previdência do brasileiro**. 2019. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

HARMBACH, Oduwaldo Jose; SANTOS, Lucineia Rosa. Analfabetismo: uma realidade na desigualdade no Brasil no que toca à dignidade (Direitos Humanos). **Revista Internacional Consinter de Direito**, p. 75-75, 2023.

JACOBY, Keli; CHIARELLO, Ana Paula Rohrbek. Educação financeira e as mídias sociais. **Revista Tecnológica**, v. 4, n. 1, p. 86-105, 2016.

KISTEMANN JUNIOR, Marco Aurélio. et al. Cenários e desafios da educação financeira com a Base Curricular Comum Nacional (BNCC): Professor, livro didático e formação. **Em Teia: Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 11, n. 1, p. 5, 2020.

LAAMARTI, Fedwa; EID, Mohamad; EL SADDIK, Abdulmotaleb. An overview of serious games. **International Journal of Computer Games Technology**, v. 2014, n. 1, p. 358152, 2014.

LEMONS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LIMA, Nilton Cesar; BRITO, Sabrina Mantovany Alves. Educação financeira: relevâncias e iniciativas da ENEF. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 10, n. 2, p. 82-105, 2024.

LUCAS, Margarida; MOREIRA, António; TRINDADE, Anícia Rebelo. **Quadro europeu de competência digital para cidadãos**. Aveiro: Editor Universidade de Aveiro, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAES, Fábio. **Criptoeconomia - a 3ª fase da educação financeira**. Noomis. Publicado em: 21 jun. 2021. Disponível em: <https://noomis.febraban.org.br/especialista/fabiomoraes/criptoeconomia-a-3-fase-da-educacao-financeira>. Acesso em: 12 nov. 2024.

NASCIMENTO, Ana Paula Santos. **A educação financeira nas redes sociais e sua influência no perfil do novo investidor brasileiro**. 2022. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2022.

NIGRO, T. **Do mil ao milhão: sem cortar o cafezinho**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

OLIVEIRA, Danilo Denen Cavallieri de. **Fintechs e inclusão financeira: o caso da implementação de uma plataforma digital de pagamentos em favelas do Rio de Janeiro e São Paulo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, Luana Cabral de.; SOARES, Roberta Zanelato. **Alfabetização financeira: análise de famílias de baixa renda por meio de grupo focal em Florianópolis**. 2019. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade

Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

PERON, Lucélia. **Educação matemática e sociedade do conhecimento**. 2005. 71f. Monografia (Licenciatura em Matemática) - Universidade da Região de Chapecó, Chapecó, 2005.

PONTES, Gabriel Tiengo. **O impacto da educação financeira no consumo e no planejamento financeiro dos estudantes de ensino médio da grande Florianópolis**. 2023. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

REIS, Maria Vanessa Silva dos; CAMPOS, Robério Telmo. O que determina o analfabetismo financeiro rural? Uma análise da relação Com os fatores Socioeconômicos e demográficos. **Revista Geotemas**, v. 14, p. 1-26, 2024.

RESENDE, Isabelle. **Endividamento e inadimplência das famílias batem recorde em julho, diz CNC**. CNN Brasil. Publicado em 08 ago. 2022. Disponível: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/endividamento-e-inadimplencia-das-familias-batemrecorde-em-julho-diz-cnc/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RIBEIRO, Quetsia Dantas Magalhães et al. A educação financeira como política pública no Brasil e seus potenciais impactos no orçamento familiar. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. 1-14, 2021.

ROBB, C. A.; BABIARZ, P.; WOODYARD, A. The demand for financial professionals' advice: the role of financial knowledge, satisfaction, and confidence. **Financial Services Review**, v. 21, n. 4, p. 291-305, 2012.

SANTOS, Danilo Braun; GALLUCCI NETTO, Humberto. Analfabetismo financeiro e histórico de crédito do cliente. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, p. 421-436, 2020.

SANTOS, Liliane Souza. A importância da Educação Financeira nas empresas sob o aspecto da produtividade e da redução dos acidentes de trabalho. **Revista Científica Hermes**, n. 8, p. 140-149, 2013.

SANTOS, Ronaldo Silva; SOBRINHO, Tenório Batista Lima. Escola, educação básica e analfabetismo estrutural no Brasil: a negação da escola aos trabalhadores. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 6, n. 11, p. 171-187, 2023.

SILVA FILHO, Irã Cândido da. **A educação financeira como alternativa para redução do fetiche de consumo e redução do endividamento da população**. 2022. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2023.

SILVA, G. O. et al. Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 3, 2017.

SILVA, Vanessa Aparecida Pereira dos Santos; NOGUEIRA, Renan França Gomes.

Educação financeira ligada à vida profissional e corporativa. **Revista H-TEC Humanidades e Tecnologia**, v. 2, n. 1, p. 133-149, 2018.

SOUSA, Francisco César et al. Desafio: Educação financeira ou sobrevivência. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, p. 1-11, 2022.

SOUZA, Eliane Alves de et al. Desafios da Educação Financeira como ferramenta de combate ao endividamento no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 3, p. 1-9, 2022.

SOUZA, Rafael Marin Machado de. **STIMA**: sistema tutor inteligente multiagente para educação financeira de adultos no Brasil. 2021. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica e Computação) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021.

TORRENS, Isabel Cristina et al. Jogos sérios para Educação Financeira: um mapeamento sistemático. *In*: XX SBGAMES – SIMPÓSIO BRASILEIRO DE JOGOS E ENTRETENIMENTO DIGITAL, Gramado, 2021. **Anais [...]**. Gramado: SBGames, 2021.

XAVIER, Beatriz Ribeiro et al. Educação financeira: influência dos fatores demográficos e socioeconômicos na atitude e comportamento financeiro de estudantes do ensino médio. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, v. 5, n. 2, 2021.

ZANLUCHI, Taiane Cristina Esposito. Programa de Educação Financeira para os colaboradores de uma indústria alimentícia. **Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão**, p. e21742-e21742, 2019.